



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2017

INCRA – SR 29

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E
REFORMA AGRÁRIA

Superintendência Regional do Médio São
Francisco – Petrolina-PE.

Lista de siglas e abreviações

APP - Área de Preservação Permanente

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar

BPA – Batalhão de Polícia Ambiental

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas

CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural

CCU - Contrato de Concessão de Uso

CDB – Associação Crédito do Brasil

CDR – Comitê de Decisão Regional

CGU - Controladoria Geral da União

CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais

CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPL - Comissão Permanente de Licitação

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

DE - Diretoria de Gestão Estratégica

DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação

DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária

DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola

DN - Decisão Normativa

DOU - Diário Oficial da União

GEE - Grau de Eficiência na Exploração

GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)

GT – Grupo de Trabalho

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica

IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LIO - Licença de Instalação e Operação

LOA - Lei Orçamentária Anual

LP - Licença Prévia

LTDA - Limitada

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MP - Medida Provisória

MPF – Ministério Público Federal

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NE - Norma de Execução

OCI – Órgão de Controle Interno

PA - Projeto de Assentamento

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAF - Projeto de Assentamento Florestal

PB – Projeto Básico

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PC – Plano de Compromisso

PPA - Plano Plurianual

PRA - Plano de Recuperação de Assentamento

PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PU - Planos de Utilização

RB – Relação de Beneficiários

RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo

RG - Relatório de Gestão

RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS

RL - Reserva Legal

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente

SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SIG - Sistema de Informações Geográficas

SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SIR - Sistema de Informações Rurais

SISDOC – Sistema de Documento

SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar

SISPROT – Sistema de protocolo

SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União

SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil

TCE - Tomada de Contas Especiais

TCT – Termo de Cooperação Técnica

TCU - Tribunal de Contas da União

TD - Título Definitivo

TDA - Título da Dívida Agrária

TI - Tecnologia da Informação

UA - Unidade Avançada

UFLA – Universidade Federal de Lavras

UG - Unidade Gestora

UGR - Unidade Gestora Responsável

UJ - Unidade Jurisdicionada

UMC - Unidade Municipal de Cadastramento

UO - Unidade Orçamentária

EAD – Educação a Distância

Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras

Lista de Quadros

Quadro 1 – Identificação da Unidade

Quadro 2 – Identificação dos Administradores

Quadro 3 – Situação da execução descentralizada de recursos da UPC em 2017

Quadro 4 – Endereços de acesso às demonstrações contábeis

Quadro 5 – Avaliação do sistema de controle interno da UPC

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária

Tabela 2 - Rendimento na análise de processos de certificação de imóveis rurais durante o exercício de 2017

Tabela 3 - - Demonstração da análise de processos de regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal

Tabela 4 - Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários

Tabela 5 - Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Tabela 6 (organograma) - Número e proporção de servidores lotados na Superintendência por unidade administrativa.

Tabela 7 - Execução orçamentária das ações administrativas em 2017

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Índice de cadastramento de imóveis rurais

Gráfico 2 - Índice de análise de processos de certificação de imóveis

Gráfico 3 - Índice de análise de regularização Fundiária

Gráfico 4 - Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)

Gráfico 5 - Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento

Gráfico 6 - Índice de Projetos de Assentamento com regularização ambiental requerida (CAR)

Gráfico 7 - Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à população

Gráfico 8 - Índice de provimento de assistência técnica

Gráfico 9 - Índice de parcelas supervisionadas

Gráfico 10 - Índice de abrangência de capacitação

Gráfico 11 – Índice de horas de capacitação

Gráfico 12 - Principais Despesas Realizadas em 2017

Sumário

1- Apresentação	9
2- Visão geral da unidade prestadora de contas	10
2.1- Identificação da unidade	10
3- Planejamento organizacional e resultados	12
3.1- Planejamento e resultados alcançados	12
3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos	20
3.3- Desempenho operacional	21
4- Governança, gestão de riscos e controles internos	50
4.1- Atuação da unidade de auditoria interna	50
4.2- Gestão de riscos e controles internos	50
5- Áreas especiais da gestão	55
5.1- Gestão de pessoas	55
6- Relacionamento com a sociedade	60
6.1- Canais de acesso do cidadão	60
7- Desempenho financeiro e Informações contábeis	63
7.1- Desempenho financeiro do exercício	63
7.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	65
7.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber	66
8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle	70
8.1- Tratamento de deliberações do TCU	70
8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	70
8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário	71
8.4- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	72
9- Anexos e apêndices	73
9.1- Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ	73
9.2- Resultados do atendimento ao público externo	75
9.3- Memória de cálculo dos indicadores	75

1- Apresentação

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Médio São Francisco durante o exercício de 2017, cujo detalhamento das estratégias de atuação adotadas, das atividades desenvolvidas.

O documento foi elaborado, de acordo com a Decisão Normativa TCU n.º 161/2017, bem como com Instrução Normativa TCU nº 72, de 15 de maio de 2013, e está estruturado em quatro seções, quais sejam: I – Informações sobre a Unidade Jurisdicionada; II - Apresentação, III– Desenvolvimento, quando será apresentada a execução física e orçamentária; IV – Resultados e Conclusões. Seguindo as orientações do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 154/2015.

Neste documento serão encontradas as informações gerais da gestão desta unidade prestadora de contas, com o detalhamento do planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional e governança, através das estratégias de atuação, Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade, informações sobre reconhecimento de dívidas, movimentações de restos a pagar, Transferências voluntárias e Recursos humanos. Onde, a Superintendência Regional do Médio São Francisco faz gestão em 270 projetos de assentamento tendo capacidade para 11.519 famílias assentadas, sendo 260 projetos com capacidade para 10.995 assentados localizados no Estado de Pernambuco e 10 projetos com capacidade para 524 famílias no localizados no Estado da Bahia, abrangendo uma área total de 342.731,26 hectares voltados para reforma agrária no semiárido baiano e pernambucano.

Relacionamento com a sociedade, balizado através das ações de maior destaque de 2017 foram: Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, atendimento de 9.947 de famílias assentadas, conforme estabelecido no plano de metas 2017; Aplicação do Crédito Fomento Mulher para 1.632 beneficiárias, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, com a execução de 3 (três) Termos de Execução Descentralizada com a Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, atendendo de forma direta a 126 beneficiários. Destacamos em 2017 a emissão de contratos de concessão de uso (CCU) para 4.290 assentados que mesmo com as oscilações frequentes no sistema SIPRA, foi possível a realização de atualizações cadastrais de beneficiários no sistema, emissão de contratos de concessão de uso, emissão de Declaração de aptidão ao Pronaf, bloqueio e desbloqueio de beneficiário, cadastro seleção e homologação de famílias e demais atividades que precisam das informações do SIPRA para desenvolvimento das atividades.

2- Visão geral da unidade prestadora de contas

2.1- Identificação da unidade

Inkra

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Poder e órgão de vinculação		
Poder: Executivo.		
Órgão de vinculação: texto		Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)		
Natureza jurídica: Presidência da República		CNPJ: 00375.972/0033-48
Principal atividade: Administração Pública Federal		Código CNAE: 84.11-6-00
Código SIORG: 1799	Código LOA: Não se aplica.	Código SIAFI: 373050
Contatos		
Telefones/fax: (87) 3861-2817		
Endereço postal: Av. da Integração, N° 412, Jardim Colonial, CEP: 56.328-010, Petrolina-PE.		
Endereço eletrônico: publico@incra.gov.br		
Página na internet: http://www.incra.gov.br		

Unidades gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI:	37201	Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI:	Nome: Superintendência Regional do Médio São Francisco – SR29/MSF	
373050		

Identificação dos administradores			
Cargo	Nome	CPF	Período de gestão
Superintendente regional	Bruno Ferreira Medrado	896.749.794-68	01/01/2017-31/12/2017
Chefe da Divisão de Obtenção de Terras	Douglas Coelho da Silva Gomes	518.226.955-20	01/01/2017-31/12/2017
Chefe da Divisão de Desenvolvimento	Severino Gonçalo da Silva	508.085.914-87	01/01/2017-31/12/2017
Chefe da Divisão de Ordenamento e Regularização da Estrutura Fundiária.	César Teixeira Silva	927.868.395-72	01/01/2017-31/12/2017
Chefe da Divisão de Administração	Raimundo Jonatas Rodrigues Santos	020.944.424-03	01/01/2017-31/12/2017

Substitutos			
Superintendente Substituto	César Teixeira Silva	927.868.395-72	01/01/2017-31/12/2017
Chefe Substituto da Divisão de Obtenção de Terras	Mauricio Moises Pereira da Silva	871.890.545-53	01/01/2017-31/12/2017
Chefe da Substituto Divisão de Desenvolvimento	Oswaldo Marques da Rocha Junior	954.158.405-59	01/01/2017-31/12/2017
Chefe de Substituto da Divisão de Ordenamento e Regularização da Estrutura Fundiária.	Hamilton Carlos Vendrame Junior	325.874.008-99	01/01/2017-31/12/2017
Chefe Substituto da Divisão de Administração	Maria Brígida Ferreira	226.563.754-87	01/01/2017-31/12/2017

3- Planejamento organizacional e resultados

3.1- Planejamento e resultados alcançados

Os objetivos estratégicos da Superintendência Regional foram alinhados ao da Sede, considerando-se não somente o ambiente altamente complexo da reforma agrária, como também as demandas do contexto interno e externo da Instituição naquele momento, mesmo existindo outros mecanismos para o monitoramento do alcance dos objetivos, o instrumento com valores de metas a serem alcançados, bem como, limites orçamentários a serem descentralizados, a partir das demandas qualificadas apresentada pela unidade (SR29), foi o Caderno de Metas e Créditos Orçamentários – 2017.

Embora a unidade tenha apresentado sugestões sobre o caderno de metas, a decisão sobre valores orçamentários e resultado físico foi definida pela unidade orçamentária (INCRA/Sede-DF). O Planejamento da Regional é balizado na missão, visão e valores institucionais do INCRA. Missão, no contexto corporativo, representa a razão de existência de uma organização, a finalidade ou o motivo pelo qual ela foi criada. É o mais estratégico dos conceitos, pertencendo a esta etapa o escopo que guiará as estratégias organizacionais.

Nesse sentido, a Missão do INCRA é a seguinte: “Implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável”. Visão é a realização dos ideais da missão e reflete a expectativa da organização a respeito do impacto que ela pretende ter na ambiência em que atua. A Visão do INCRA é: “Ser referência internacional de soluções de inclusão social”.

Dessa forma, verifica-se que o período de abrangência do Planejamento é contínuo, sendo necessária sua revisão periodicamente.

Os Valores são entendimentos e expectativas que descrevem como todos os profissionais da organização devem se comportar e sobre os quais todas as relações e decisões organizacionais são baseadas, os valores exaltados na gestão da regional foram: valorização das pessoas, ética, compromisso com o interesse público, profissionalismo, imparcialidade e transparência.

3.1.1 - Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.

i. Descrição

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de créditos supervisionados	Crédito	2.000	1.220
Conceder crédito instalação, modalidade apoio inicial – Apoio Inicial Op.1	Crédito	300	9
Conceder crédito instalação, modalidade apoio inicial – Apoio Inicial Op.2	Crédito	0	0
Conceder crédito instalação, modalidade apoio inicial – Fomento Op. 1	Crédito	200	6
Conceder crédito instalação, modalidade apoio inicial – Fomento Op. 2	Crédito	0	0
Conceder crédito instalação, modalidade apoio inicial – Fomento Mulher	Crédito	1.500	1.215
Conceder crédito instalação, modalidade apoio inicial – Semiárido	Crédito	0	0
Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Família	3.000	1.280
Terra Sol	Família	0	0
Nº de parcelas ou unidades familiares supervisionadas (laudos entregues)	Parcela	349	127
Titulação/CCU	Unid	3.500	4.290
Titulação/Título Definitivo	Unid	240	77
Titulação/Cessão e concessão de uso	Unid	0	27
ATER	Família	9.947	9.947
Implantar e/ou recuperar infraestrutura básica	Família	398	1.324
Trabalhadores rurais atendidos pelo PRONERA	Aluno	0	126
Infraestrutura/Recuperação de estradas	Família	0	1.420
Infraestrutura/Água – Família	Família	0	200
Outras Obras/Poços – Família	Família	0	4.320
Conceder bolsas de capacitação e formação profissional em assistência técnica	Profissional	0	0
Número de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de NM e NS para reforma Agrária	Profissional	0	0

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Embora a meta para concessão dos créditos instalação às famílias assentadas, parte com as regras do Decreto 8.256/2014 (revogado), e parte pelo Decreto 9.066/2017, que regulamente o inciso V do art. 17 da Lei nº 8.629/1993, que dispõe sobre os créditos de instalação no programa de reforma agrária tenha sido estabelecida em 2.000 créditos, podemos destacar que mesmo com as dificuldades relacionadas ao bloqueio de parte das unidades familiares a partir do acórdão do Tribunal de Contas da União – TCU, aliada a obrigatoriedade do relançamento no sistema dos créditos trabalhados antes do Decreto 9066/2017, e alto índice de ERROS de sistema apresentado no SNCCI, identificados como: “Erro 005 - nome cliente inválido”, “Erro 010 - dados pessoa física divergente”, e Erro “REJEITADO PELO AGENTE FINANCEIRO (SICODÉ #5770)”, esta SR supervisionou ainda 1.632 créditos, com liberação de

1.230 créditos. Seria possível no exercício disponibilizar mais 360 créditos, caso os “ERROS” de sistema fossem solucionados em 2017.

A nível de informação e tomando como base os dados extraídos do sistema SNCCI, temos a esclarecer que foram disponibilizados 9 créditos da linha Complemento Apoio Inicial I para saque, e outros 17 créditos encontram-se impedidos de acessar em virtude dos ERROS 05 e 010.

Com relação ao Fomento Operação I, 6 créditos foram disponibilizados para saque, contudo 11 não puderam ser concluídos devido aos ERROS de sistema nºs 05 e 010.

Na modalidade Semiárido foram encaminhados 120 créditos para pagamento, destes 30 apresentaram ERRO 014, ficando disponível apenas 90 créditos que tiveram sua liberação para saque a partir de 02/01/2018. Vale salientar que 33 créditos semiárido não puderam ser concluídos em 2017 em virtude dos “ERRO 005”, “ERRO 010” e “ERRO SICODE #5770”.

Com relação a linha de crédito Fomento Mulher podemos observar um grande avanço desta Superintendência, onde foram trabalhados 1.497 operações em 2017, com 1.215 créditos disponibilizados para saque, onde 558 foram sacados. 269 créditos estão impedidos de liberação em virtude dos “ERRO 005”, “ERRO 010” e “ERRO SICODE #5770”.

Com relação a demarcação topográfica em projetos de assentamento, foram executadas as demarcações dos perímetros dos PA's Abreu e Lima (400 famílias), Safra (220 famílias), Ouro verde (100 famílias) e Senador Mansueto de Lavor (100 famílias), atendendo 840 famílias, e 440 famílias com topografia de parcelas dos PA's Safra (220 fam.), Ouro verde (100 fam.) e Senador Mansueto de Lavor (100 fam.).

Registra-se que o Edital de Pregão Eletrônico nº 09/2016, para contratação de empresa de engenharia especializada em serviços de cartográficos, para execução de serviços de medição e demarcação de perímetros e parcelas rurais em 52 PA's, com identificação de 1.982 parcelas familiares, foi cancelado em 2017.

Quanto a supervisão ocupacional nos projetos de assentamentos da Reforma Agrária, a meta estabelecida foi de 349, que após concluído os trabalhos de campo a comissão da IN 71/2012 realizou 200 vistorias in loco, que resultou na elaboração de 151 laudos, sendo 45 encaminhados para regularização e 106 para retomadas de lotes.

Foram realizadas algumas ações emergenciais de supervisão ocupacional com emissão de laudo de vistoria simplificado atestando a moradia e exploração efetiva do lote pela unidade familiar, onde essa ação permitiu a emissão de 77 títulos definitivos nos PA Ouro verde, que tem capacidade para 100 famílias.

PA	Município	Mês Finalização do Relatório	Encaminhados para Regularização	Parcelas Encaminhadas para Retomada
Ant. Conselheiro II	Tacartu-PE	março-17	18	47

Água Viva	Petrolina-PE	abril-17	14	18
Ant. Conselheiro II	Tacartu-PE	maio-17	0	1
Água Viva	Petrolina-PE	maio-17	1	0
Santa Marta	Lagoa Grande-PE	maio-17	3	5
Santa Marta	Lagoa Grande-PE	agosto-17	0	1
Tucutu/Jibóia	Cabrobó	outubro-17	0	10
Antônio Conselheiro II	Tacaratu	dezembro-17	2	4
Terra Nova I	Floresta	dezembro-17	0	3
Angicos III	Itacuruba	dezembro-17	1	13
Água Viva	Petrolina	dezembro-17	1	0
Província do Uíge	Inajá	dezembro-17	4	2
Vale do Moxotó	Inajá	dezembro-17	0	1
José Ivaldo I	Sta. Maria da B. Vista	dezembro-17	1	0
Poço do Icó	Sta. Maria da B. Vista	dezembro-17	0	1
Total			45	106

Com relação a documentos expedidos referentes a Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais, a meta estabelecida foi de 3.500, sendo expedido no total de 4.396 documentos, sendo 4.290 Contratos de Concessão de Uso – CCU, 79 títulos definitivos e 27 relacionados a Destinação de Bens Remanescentes.

Quanto aos trabalhos de ATER, com a continuação da Chamada Pública 01/2014 através da renovação dos 03 (três) contratos de assistência técnica para 2017, com as empresas DELTA, DIAMANTINA e SEMENTES, mantendo o quantitativo inicial de 9.947 famílias atendidas, distribuídas em onze (11) núcleos definidos na chamada, os quais receberam algum tipo de serviço de assistência técnica, demonstrando que a SR/29 vem ampliando o número de famílias atendidas em situação regular nos projetos de assentamento. Dentre os serviços realizados pela ATER, podemos destacar a elaboração de projetos na linha do Pronaf A, Fomento Mulher, Fomento e Semiárido, PAA e PNAE, solicitação de DAP, dia de campo, intercâmbio, participação em feiras da agricultura familiar, articulação junto aos entes públicos, dentre outras.

Com auxílio das empresas de ATER esta Superintendência emitiu 1.410 DAP's que possibilitaram as famílias assentadas a participarem de vários programas de governo, como o Garantia Safra, que é uma ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) financiada pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que garante ao agricultor familiar um benefício financeiro, por tempo indeterminado, caso perca sua safra devido ao fenômeno da estiagem ou do excesso hídrico, como também possibilitou a contratação de 141 Pronaf A com elaboração dos projetos técnicos, acompanhamento e emissão de laudos de aplicação pelas empresas de ATER. A Educação no Campo é um direito de todos e se realiza por diferentes territórios e práticas sociais que incorporam a diversidade do campo. É a garantia de ampliação das possibilidades de criação e recriação de condições de existência da agricultura familiar. Desse modo, o INCRA em parceria com a

UNIVASF ainda em 2015 celebrou 03 (três) Termos de Execução Descentralizada – TED (05.440.725/0001-14), através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, com os cursos de graduação em Licenciatura em História e Ciências Sociais, e especialização em Educação do Campo, com 50 vagas cada curso.

No exercício de 2016, foi realizado a seleção dos educandos e o início das atividades letivas. A celebração desses Termos é muito importante para os beneficiários da reforma agrária, pois terão oportunidade de ter acesso a educação pública e de qualidade e uma forma de disseminar conhecimento nas comunidades rurais. Essa parceria fortalecida/consolidada abre portas para se articular junto aos movimentos sociais, Universidade e INCRA mais cursos para o público da reforma agrária.

No exercício de 2017 mantiveram-se em execução os TED celebrados com a Universidade do Vale do São Francisco – UNIVASF, sendo dois (2) em graduação, com 39 alunos cursando a Licenciatura em História, 45 alunos cursando Licenciatura em Ciências Sociais e um (1) curso de pós-graduação em Especialização em Educação no Campo com 42 alunos na fase de conclusão do curso previsto para o primeiro semestre de 2018.

Área de Formação	Nível de Escolaridade do Curso Realizado	Nº de Alunos Beneficiados No Instrumento	Nº de Alunos Desistentes/Evadidos	Nº de Alunos em Atendimento
Educação	Pós-Graduação	50	8	42
Ciências Sociais	Superior	50	5	45
História	Superior	50	11	39
Total		150	24	126

Quanto aos dois convênios realizados com a Prefeitura de Serra Talhada-PE o primeiro, nº 777572/2012, atende 398 famílias dos Assentamentos Virgulino Ferreira, Gilvan Santos, Bela Vista e Poldrinho, encontra-se concluído em 100% de execução, conforme o relatório Siconv nº 13/2017. O segundo, nº 806610/2014, beneficiando 83 famílias nos Projetos de Assentamento Timburana, Três Irmãos e São Lourenço, encontra-se em 80% de execução física total, conforme o relatório Siconv nº 15/2017.

O convênio com a Prefeitura de Lagoa Grande, nº 808487/2014, atende 233 famílias assentadas nos Projetos de Assentamento Ilha Grande do Pontal, Morro do Mel, Lagoa das Baraúnas, Lagoa das Caraíbas e Pocinhos, apresenta no Despacho/INCRA/SR-29/D1/CMLS Nº10/2017, de 21/08/2017, processo administrativo nº 54.141.000.310/2014-52, folha nº 545, um percentual de execução de 70,13%.

PA	Município	Implantação e Recuperação de Estradas	Valor do Convênio (R\$)	STATUS de Andamento	% de Execução
----	-----------	---------------------------------------	-------------------------	---------------------	---------------

		Km	Nº de Famílias Beneficiadas			
Vida Nova, Terra Nova, Terra Livre e Júlia Siqueira	São José do Belmonte	31,30	344	1.270.780,00	Análise do Projeto Básico	
Bom Jesus	Orocó	4,00	60	300.000,00	Análise do Projeto Básico	
Nossa Senhora de Fátima e Lyndolpho Silva	Petrolina	11,00	113	804.025,12	Concluído	100
Virgulino Ferreira, Gilvan Santos, Bela Vista e Poldrinho	Serra Talhada	69,63	398	3.499.699,93	Concluído	100
Timburana, Três Irmãos e São Lourenço	Serra Talhada	44,46	83	3.532.999,06	Iniciado	80
Ilha Grande do Pontal, Morro do Mel, Lagoa das Baraúnas, Lagoa das Caraibas e Pocinhos	Lagoa Grande	44,97	233	1.504.350,19	Iniciado	70,13
Abreu e Lima	Tacaratu	5,13	400	270.013,85	Suspensão – Projeto Rejeitado	

Foi celebrado contrato nº 06/2017 com a empresa Agromáquinas Empreendimentos Agrícolas LTDA, CNPJ 05.604.422/0001-90, para perfuração e instalação de 150 poços tubulares/cristalino e 10 poços tubulares/sedimento em áreas de atuação do INCRA/SR-29/MSF. Neste exercício esse contrato executou 38 perfurações, em 28 assentamentos, atendendo 1.118 famílias. O trabalho aponta um índice de aproximadamente 70% de poços produtivos. Os projetos de assentamentos atendidos foram: Araguati, Antônio de Lindô, Entremontes, Miguel Arraes, Miguel Bernardo, Né Laranjeira, Umburana Lealdade, Nova Vida, Mororó dos Peixotos, Santa Marta I, Antônio Henrique Nogueira, São Benedito, José Luiz de Barros, Monte Alegre, Santa Luzia, Nossa Senhora Aparecida II, Riacho do Navio II, Angicos II, Angicos III, Paulo Freire, Três Irmãos, Lajinha, Virgulino Ferreira, Barra do Exu, Paulista, Custódia, Nova Conquista e Venezuela, localizados nos Municípios de Parnamirim, Terra Nova, Ouricuri, Mirandiba, Salgueiro, Verdejante, Betânia, Itacuruba, Serra Talhada e Belém do São Francisco, todos localizados no semiárido brasileiro com extrema dificuldade de acesso à água para consumo humano.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2017	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Apesar das dificuldades relacionadas ao bloqueio de parte das unidades familiares a partir do acórdão do TCU, aliada a obrigatoriedade do relançamento no sistema dos créditos trabalhados antes do Decreto 9066/2017, e alto índice de “erros” de sistema apresentado no SNCCI, esta SR supervisionou ainda 1.632 créditos, com possibilidade de disponibilizar mais 360 créditos, caso os “ERROS”	Com a efetivação da atualização cadastral, regularização dos beneficiários bloqueados, e com a normalização do SNCCI, espera-se realizar o pleno atendimento de todos os beneficiários que têm direito a concessão de créditos estabelecidos pelo novo Decreto 9.066, lançado em 31 de maio de 2017 e fazer o atendimento dos novos integrantes do PNRA.	Que os créditos da linha do PNRA tenham atendido todas as famílias beneficiárias e que as assentadas em projetos de assentamento mais estruturados e antigos passam ser emancipadas.

de sistema fossem solucionados em 2017.		
Foram executadas as demarcações dos perímetros dos PA's Abreu e Lima (400 famílias), Safra (220 famílias), Ouro verde (100 famílias) e Senador Mansueto de Lavor (100 famílias), atendendo 840 famílias, e 440 famílias com topografia de parcelas dos PA's Safra (220 fam.), Ouro verde (100 fam.) e Senador Mansueto de Lavor (100 fam.).	Com o cancelamento em 2017 do Edital de Pregão Eletrônico nº 09/2016, para contratação de empresa de engenharia especializada em serviços de cartográficos, o objetivo de demarcar e parcelar 1.982 lotes em 52 PA's ficou prejudicada. Deve-se insistir no lançamento de novos editais com mesma finalidade em virtude do quadro reduzido de servidores que atuam diretamente nessa ação.	Com a contratação de empresas especializadas para essa ação, haverá um incremento substancial no passivo existente com relação a demarcação e parcelamento, principalmente dos lotes produtivos, que possibilitará o acesso dos beneficiários as linhas de créditos estruturantes.
Com relação a documentos expedidos referentes a Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais, foram expedidos no total de 4.396 documentos, sendo 4.290 CCU's, 79 títulos definitivos e 27 relacionados a Destinação de Bens Remanescentes.	Com a publicação do Decreto 9.311/2018, onde prevê no parágrafo único do art. 25, que a emissão do CCU será sem prazo determinado, reduzindo a demanda na emissão de novo documento a cada 5 anos, facilitando o controle desta superintendência.	Com o avanço no desbloqueio e regularização dos ocupantes irregulares, espera-se todos os assentados possam ter acesso inicialmente ao CCU, que é pré-requisito para as políticas públicas do PNRA, finalizando com a titulação definitiva.
Verifica-se no exercício um avanço com relação ao atendimento de famílias pelo serviço de ATER em virtude dos desbloqueio de algumas famílias com indícios de irregularidades apontadas pelo TCU. Este avanço reflete diretamente no planejamento e agilidade na execução das ações do INCRA, considerando o suporte direto da ATER que sem a presença diária dos técnicos contratados para atender os assentados, não seria possível a concessão dos créditos previsto no	Considerando que o contrato prevê o atendimento de 9.947 famílias em situação regular na Relação de Beneficiário (RB) e ajuda das empresas prestadoras de ATER no trabalho de desbloqueio que vem ocorrendo nesta SR, aliada a possibilidade da supervisão ocupacional ser realizada pela ATER (Decreto 9311/2017), a tendência natural é incrementar o número de beneficiários atendidos pela assistência técnica, atingindo as 11.611 famílias distribuídas em 270PA's.	Espera-se que, com o aprimoramento do serviço, possa-se ter um melhor desenvolvimento dos projetos de assentamentos, tanto do ponto de vista produtivo, como social, educacional, garantindo a sustentabilidade das famílias possibilitando a emancipação dos assentados.

Decreto 8.256/2014, agilidade no desbloqueio de famílias, estruturação dos PA's com obras de infraestrutura básica através de articulação junto aos entes públicos.	Após o procedimento de atualização cadastral e desbloqueio, será priorizado o acesso ao crédito bancário (PRONAF), após superadas as linhas de crédito do PNRA.	
No exercício de 2017 mantiveram-se em execução os três (3) TED celebrados com a Universidade do Vale do São Francisco – UNIVASF, sendo dois (2) em graduação, com 39 alunos cursando a Licenciatura em História, 45 alunos cursando Licenciatura em Ciências Sociais e um (1) curso de pós-graduação em Especialização em Educação no Campo com 42 alunos na fase de conclusão do curso previsto para o primeiro semestre de 2018.	Além da formação dos alunos dos cursos iniciados em 2016, que possam ser celebrados novos termos ampliando e diversificando as possibilidades de formação e qualificação do público do PNRA	Além da continuidade, que haja a ampliação do programa de formação para os beneficiários do PNRA, possibilitando a melhoria do nível tecnológico e de exploração dentro dos projetos com incremento de cursos voltados para ciências agrárias, por ser o foco principal da reforma agrária.
Durante o exercício foi dado seguimento aos projetos em andamento, avanços notáveis foram registrados como no Município de Serra Talhada, outros seis convênios foram assinados neste período, porém não foram publicados a tempo de serem computados.	Espera-se concluir já no início do próximo exercício os trabalhos nos convênios com os Municípios de Serra Talhada e Lagoa Grande e dar início a fase de execução dos convênios com os Municípios de São José do Belmonte e Orocó. Projeta-se o engajamento de mais seis novos projetos no portfólio da unidade.	Além da continuidade dos investimentos para atender os possíveis novos projetos criados, que se alcance o atendimento dos hoje constituídos com a possibilidade de gerenciamento acompanhado de outros entes (municípios) de estrutura capaz de realizar a manutenção adequada da infraestrutura colocada nos projetos de assentamentos atendidos.

3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos

Caracterização		Prestação de contas de convênios vigentes		
Quantidade de convênios vigentes	12	Prestadas	Dentro do prazo	01
			Fora do prazo	0
Total de valores repassados	R\$ 8.731.605,20	Não prestadas	Dentro do prazo	0
			Fora do prazo	0

i. Providências e cronograma para cumprimento dos prazos

O volume de convênios vigentes na Regional é compatível do ponto de vista do acompanhamento técnico do quadro de engenheiros da Regional, bem como, do acompanhamento da fiscalização contábil. Os fiscais são responsáveis pelo acompanhamento de prazos, fiscalização do objeto e acompanhamento contábil e financeiro. Dos 12 convênios em vigência apenas 1 teve sua vigência expirada em 23/12/2016 e a prestação de contas apresentada no prazo previsto na Portaria Interministerial.

3.3- Desempenho operacional

3.3.1- Ordenamento da estrutura fundiária

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual ligadas ao Ordenamento da Estrutura Fundiária de responsabilidade da superintendência

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
2105-PO01 2105-PO02	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral	3.500	6.367	18.000,00	18.000,00	15.576,98	15.576,98	15.576,98	0,00
210U-PO0A	Georreferenciamento de Imóveis Rurais	Imóveis Georref.	0	420	15.500,00	15.500,00	14.387,70	8.436,35	8.436,35	0,00
210U-PO09	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóveis / Posses Regularizadas	50	25	10.000,00	5.000,00	4.484,50	4.484,50	4.484,50	0,00
210Z-PO03	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	RTID	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210Z-PO04	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Títulos Definitivos	1	0	19.997,00	19.997,00	18.878,54	9.278,54	9.278,54	0,00

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (poduto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar

2105-PO01 2105-PO02	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral	3.500	6.367	0	0	0	0
210U-PO0A	Georreferenciamento de Imóveis Rurais	Imóveis Georref.	0	420	0	0	0	0
210U-PO09	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóveis / Posses Regularizadas	0	25	0	0	0	0
210Z-PO03	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	RTID	0	0	0	0	0	0
210Z-PO04	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Títulos Definitivos	1	0	0	0	0	0

Nas ações 2105 – PO 01 e 2105 – PO 02 que trata do Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural, esta regional recebeu R\$ 18.000,00 e empenhou R\$ 15.576,00, empregados em Suporte Finalístico e Ações de Fiscalização de Imóveis Rurais na Jurisdição, tendo como meta 3.500 atualizações cadastrais vide SNCR e realizou-se 6.367 que representa 181% da meta prevista. Sobre a capacitação de servidores nas UMC, 17 servidores receberam treinamento. Desta forma, se manteve por todo o ano de 2017 o funcionamento de todas as UMC nos 42 municípios que compõem a área de atuação da SR (29). Cabe ressaltar ainda que houve a renovação de 17 Termos de Cooperação Técnica junto as prefeituras para a manutenção das UMC. Durante o exercício também foi realizada a supervisão de outras 07 UMC, que foram: Glória/BA, Petrolina/PE, Santa Filomena/PE, Afrânio/PE, Ouricuri/PE, Trindade/PE e Bodocó/PE, sendo as ações de treinamento dos operadores e a supervisão das UMC as principais atividades que geraram as despesas financeiras durante o exercício.

Na ação 210U – PO 0A que trata o Georreferenciamento de Imóveis Rurais, esta regional recebeu R\$ 15.500,00 e empenhou R\$ 8.437,70, utilizados na manutenção dos equipamentos topográficos e geodésicos do serviço de cartografia. Sobre execução, o setor realizou o georreferenciamento de 4 projetos de assentamento, totalizando 420 lotes familiares atendendo as demandas necessárias para a titulação, devendo, no entanto, deixar registrado que as despesas decorrentes da atividade de demarcação dos projetos de assentamento correram por conta do orçamento da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos.

Na ação 210U – PO 09 que trata da regularização de imóveis rurais, esta regional recebeu R\$ 5.000,00 e empenhou R\$ 4.484,50, empregados em Suporte Finalístico e Regularização Fundiária de Imóveis Rurais. Foi pactuado uma meta para emissão de 50 títulos para fins de regularização fundiária, com estimativa de necessidade orçamentária de R\$ 10.000,00. Conforme apontado acima, foi descentralizado R\$ 5.000,00 reais para a execução das atividades de regularização fundiária, redundando na emissão de 25 títulos.

Nas ações 210Z – PO 03 e 210Z – PO 04 que trata do Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas almejando a publicação de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) a meta definida para o exercício era a publicação de um RTID. A regional recebeu R\$ 19.997,00 e empenhou R\$ 18.878,54,

empregados em Suporte Finalístico e Ações de Reconhecimento e Delimitação. A meta foi alcançada neste ano de 2017, com publicação do RTID da Comunidade Quilombola de Jatobá. Também foi pactuada a publicação da portaria de reconhecimento de território quilombola, que se deu através da publicação da Portaria de Reconhecimento da Comunidade Quilombola de Curral da Pedra, com área de 4.515 hectares.

ii. Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da superintendência em base cartográfica

Rendimento na análise de processos de certificação de imóveis rurais durante o exercício de 2016	
Processos protocolados	
Estoque inicial de processos protocolados até 2016	
Processos protocolados em 2016	+
Processos analisados em 2016	-
Estoque final de processos protocolados em 2016	=
Processos analisados	
Estoque inicial de processos analisados até 2016 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)	
Processos analisados em 2016	+
Processos arquivados em 2016 (a)	-
Processos certificados em 2016 (b)	-
Estoque final de processos analisados até 2016 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)	=
Processos concluídos	
Processos arquivados em 2016 (a)	+
Processos certificados em 2016 (b)	+
Total de processos concluídos (a + b)	

Análise

Informa-se que **não existem mais processos, via Sistema Nacional de Certificação de Imóveis - SNCI de certificação nesta superintendência regional**. Todas as parcelas estão sendo certificadas via o Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF, e no próprio sistema são realizadas análises de sobreposição, cancelamento, retificação, desmembramento, remembramento e de registro pelo Comitê Regional de Certificação – CRC da Superintendência.

Pelo SIGEF foram certificadas 673 imóveis rurais, totalizando 86.324,2672 hectares. Considerando as análises realizadas, o CRC agiu sobre 107 requerimentos, onde 96 (90%) foram deferidos e 11 (28%) indeferidos. Todos os requerimentos foram analisados e findados. O tempo de análise de cada requerimento varia conforme o teor ou a necessidade exposta. Na média os

requerimentos são finalizados em 6 dias corridos, melhor do que ano passado onde era de 11 dias, sendo o mais demorado finalizado em 150 dias, mas a grande maioria foram analisados no mesmo dia do início do requerimento.

No âmbito da Superintendência Regional do Médio São Francisco, diversas iniciativas têm sido tomadas visando ao conhecimento da malha fundiária dentro da sua área de atuação, dentre as quais, podemos destacar: Triagem nos dados cartográficos contidos no banco de dados da SR a fim de identificar, corrigir e eliminar inconsistências.

De acordo com os limites municipais definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em sua atualização mais recente, a área total de atuação da Superintendência do INCRA no Médio São Francisco - SR-29, contendo seus 42 municípios, é de 6.887.602,00 hectares. Tem se buscado a atualização da base de dados com informações cartográficas obtidas junto a diversas entidades, tais como CHESF, CODEVASF, FUNAI, SPU, Órgãos Estaduais, ICMBio, etc., como medida preventiva à ocorrência de sobreposições e conflitos.

Tratando-se de Projetos de Assentamento, a superintendência possui 274 imóveis neste perfil, abrangendo uma área total de 340.461,18 hectares. Até o fim do exercício relatado 48 perímetros de projetos de assentamento foram certificados conforme a Lei 10.267/01, porém a expectativa é que no próximo exercício esse número aumente substancialmente.

As Áreas Quilombolas dentro da área de atuação da SR identificadas são 12, contudo, a maioria ainda são áreas em estudo e podem ser alteradas conforme o avanço dos trabalhos do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do INCRA-SR(29), com um total de área estimado em 44.001,22 hectares.

Área indígenas sob a jurisdição do INCRA-SR(29), retiradas junto a página online da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, são 12 áreas, abrangendo um total de 178.678 hectares.

Informamos que o Rio São Francisco, em valor de área, não é contabilizado nestes cálculos apresentados.

Por fim, informamos que existem áreas de outros órgãos e instituições públicas e privadas que possuem propriedades na jurisdição do INCRA-SR(29), como a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Vale do Parnaíba - CODEVASF, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS, e outros mais, que não estão totalmente compilados em nosso Banco de Dados Cartográfico pelo fato que todos estes dados devem ser confeccionados para a nossa atual estrutura cartográfica, e assim, ainda não se torna possível apresentar o valor de suas áreas.

iii. Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos Territórios Quilombolas empreendidas pela superintendência.

A Superintendência Regional do Médio São Francisco (SR-29), no âmbito de sua área de atuação, possui uma demanda de trinta e cinco (35) Processos de Regularização Fundiária de Comunidades Quilombolas, onde a maior parte está localizada no Sertão pernambucano e outras em seis (06) cidades do Sertão baiano. Dessas comunidades, duas (02) encontram-se em estágio de desintrusão, sendo que uma delas já tem uma parcela de seu território titulado; uma (01) com Portaria de Reconhecimento; duas (02) com RTID concluído e publicado; cinco (05) com RTID já iniciado; uma (01) encontra-se desterritorializada, em situação de obtenção de terras para reassentamento; dezenove (19) estão apenas com processo aberto; e cinco (05) em fase de elaboração do Pregão para contratação de Relatórios Antropológicos.

Em 2017, o Serviço Quilombola priorizou, com a liberação dos recursos, avançar com a produção final das peças do RTID da comunidade Quilombola de Jatobá II e posterior publicação. Paralelo a isso, a equipe se empenhou em realizar as notificações por edital de Curral da Pedra a fim de viabilizar a publicação da Portaria de Reconhecimento. Ademais, houve a continuação do levantamento fundiário da comunidade Feijão e Posse.

No que concerne ao Inquérito Civil público n.º 1.26.001.000028/2009-11, que tramita na Procuradoria da República Polo Juazeiro/Petrolina, referente a construção das barragens de Riacho Seco e Pedra Branca, que impactarão as Comunidades Quilombolas de Serrote, Inhanhum, Cupira (Santa Maria da Boa Vista/PE), Nova Jatobá (Curaçá/BA), e Saruê (Santa Maria da Boa Vista/PE), durante o ano, a equipe esteve empenhada em avançar nas tratativas de consolidação do Termo de Execução Descentralizada - TED com a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF, seguindo todas as orientações elencadas pela Procuradoria Federal Especializada. Assim, foram elaborados o Termo de Execução, o Plano de Trabalho e as planilhas orçamentárias. Entretanto, a inexistência de comprovação de disponibilidade orçamentária inviabilizou a celebração do Pregão Regional e a consequente contratação da empresa executora.

Com relação à Comunidade Negros de Gilú, localizada em Itacuruba-PE, dedicamos os devidos esforços para que os ajustes no Relatório de Avaliação da Fazenda Boa Sorte – área de aproximadamente 900 hectares, fossem realizados pelos agrônomos responsáveis, que se empenharam para atender a demanda solicitada. Entretanto, por ser uma Comunidade desterritorializada pelo total alagamento de seu território tradicional em função da

construção da Hidrelétrica de Itaparica, em 2017, continuamos com as tratativas, junto ao Ministério Público Federal e da Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas, visando construir a melhor alternativa para o “assentamento” da Comunidade, sobretudo no que diz respeito à possibilidade de aquisição via Decreto 433/92 no bojo de um Processo de Regularização Quilombola, dada a impossibilidade de caracterizar a ocupação tradicional e, assim, decretar o interesse social.

Sobre Poço dos Cavalos, comunidade localizada em Itacuruba-PE, o INCRA participou de uma reunião no Ministério Público Federal, em maio de 2017, para debater o Processo de Regularização Fundiária da comunidade supracitada. Nessa ocasião, a comunidade cobrava celeridade na execução do seu processo administrativo. Assim, o INCRA esclareceu que a questão orçamentária era o grande gargalo a ser superado, pois, dificulta o prosseguimento do processo atualmente. Diante desse cenário, ficou deliberado que o MPF solicitaria à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão que acompanhasse a situação da referida comunidade, e coube ao INCRA, junto com o Governo do Estado de Pernambuco, verificar a possibilidade de titular os posseiros locais que se encontram em áreas devolutas do Estado.

Quanto a Comunidade Quilombola de Curral da Pedra – Taratás, Eldorado e Adjacências, o processo foi “destravado” com a identificação e notificação dos herdeiros dos espólios de proprietários de imóveis inseridos no perímetro e dos confrontantes. Nesse sentido, foram realizadas notificações por edital, sendo que os notificados não se manifestaram durante a vigência da notificação. Assim, em dezembro de 2017, foi publicada no DOU a Portaria de Reconhecimento, que antes era apenas uma possibilidade e se tornou realidade para a Comunidade.

O Território de Conceição das Crioulas encontra-se em estágio de desintrusão, etapa derradeira do Processo. É importante salientar que o processo da referida comunidade foi acolhido como passivo da Fundação Cultural Palmares - FCP e atualmente conta com pouco mais de dois mil hectares (2.000 ha) titulados em nome da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC). É mister ressaltar que incide sobre o território titulações parciais, uma vez que ainda restam cerca de quatorze mil hectares (14.000 ha) a serem regularizados. Portanto, para que se possa dar prosseguimento ao processo, necessita-se identificar o restante da malha fundiária, que por sua vez, dará subsídios para novas avaliações e devidas indenizações, viabilizando, assim, a titulação do restante do território.

Outro avanço importante foi a emissão de DAP's (Declarações de Aptidão ao PRONAF) para as famílias quilombolas das comunidades de Cupira, Inhanhum e Serrote. Em 2017, o INCRA emitiu 115 DAP's para quilombolas. Para tanto, contamos com o apoio da Coordenação Geral Quilombola do INCRA Sede (DFQ), que descentralizou o recurso, das parcerias dos técnicos da Divisão de Desenvolvimento desta SR 29, que emitiu as DAPs. Entretanto, encontramos empecilhos para atender as demandas, sobretudo porque os sindicatos de trabalhadores rurais e o Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA mais uma vez se eximiram da corresponsabilidade de emissão das DAP's. Nesse sentido, continuamos o diálogo interinstitucional para sanar o impasse, com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e o IPA numa tentativa de sensibilizá-los para o comprometimento na emissão das DAP's para o público quilombola.

O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID da Comunidade Quilombola de Jatobá estava previsto para ser publicado em 2016, porém, não foi possível devido a uma série de contratempos, dentre eles, a dificuldade de identificação dos proprietários por meio de pesquisas cartoriais, porém, após execução de atividades por parte dos técnicos do serviço de Regularização de Território Quilombola da SR/29, em 30 de novembro e 07 dezembro de 2017, o RTID foi publicado no Diário Oficial da União – DOU. As publicações no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, entretanto, ainda não foram realizadas, pois esta superintendência não possui contrato vigente para execução deste objeto. Consultada, a Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ) esclareceu que tal pendência não compromete a meta, posto que uma publicação é considerada suficiente.

Por fim, consideramos positivo o desenvolvimento das atividades em 2017, pois apesar das adversidades, sobretudo quanto a escassez de recursos, em que tivemos de priorizar determinadas ações, além da demora para a descentralização do recurso, houve um avanço considerável nas ações propostas, como a publicação do RTID de Jatobá, a Portaria de Reconhecimento de Curral da Pedra, a elaboração de peças dos RTID's em execução, o reestabelecimento do trâmite normal dos processos pendentes e a emissão de DAP's.

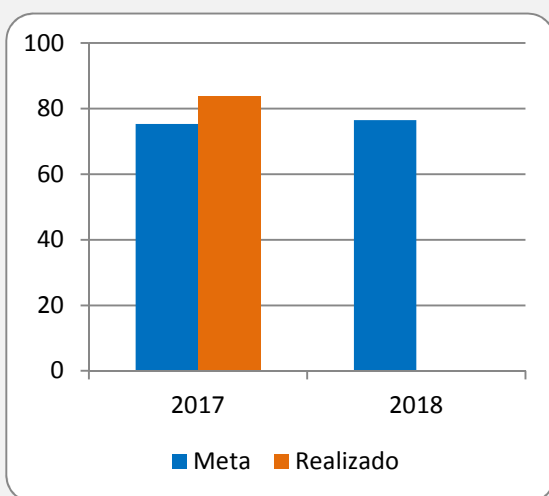
iv. Principais atividades de controle do Gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

Os registros são realizados mensalmente pelos gestores de cada ação, designados através de ordem de serviço, e inseridos no módulo de monitoramento estabelecido pela Diretoria de Planejamento,

com a supervisão do Chefe Substituto e Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária. Ressalta-se que todos os setores executam tarefas, voltadas a sua demanda de trabalho, que não são computadas pelo monitoramento.

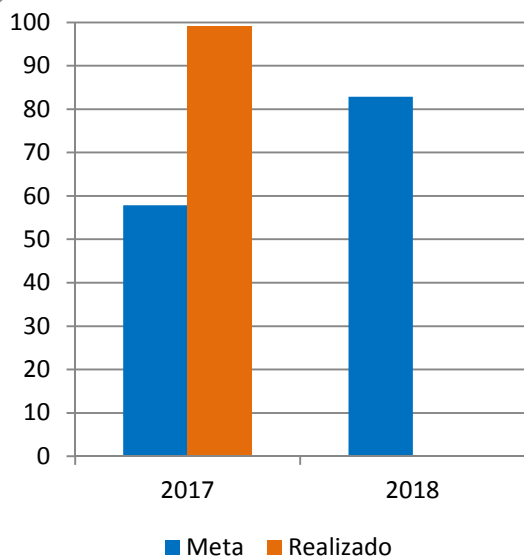
v. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela UJ no Ordenamento da Estrutura Fundiária, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

A análise deve ser elaborada incluindo no mínimo os seguintes indicadores:

Índice de cadastramento de imóveis rurais										
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício									
 <table><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th></tr><tr><td>2017</td><td>75</td><td>85</td></tr><tr><td>2018</td><td>75</td><td>-</td></tr></table>	Ano	Meta	Realizado	2017	75	85	2018	75	-	- Renovação de 2 Termos de Cooperação com as prefeituras de Jatobá/PE e Araripina/PE; - Treinamento para novos servidores de 6 municípios; - Supervisão em 20 UMC durante o ano de 2018.
Ano	Meta	Realizado								
2017	75	85								
2018	75	-								

Índice de análise de processos de certificação de imóveis

Gráfico



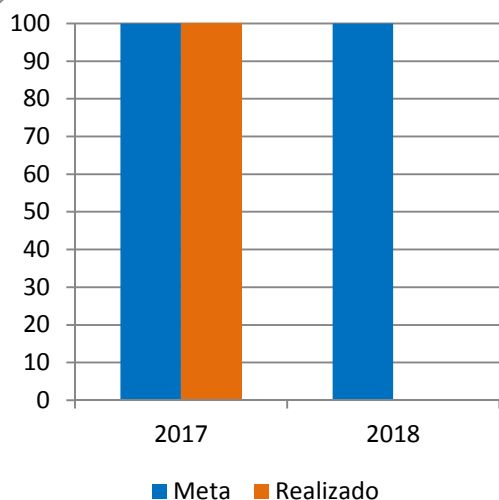
Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

Conforme mudança na apresentação dos dados da certificação, agora serão mostrados os números de análises pelo Comitê Regional de Certificação, informados pela Diretoria Fundiária, em percentual.

- O Comitê Regional de Certificação – CRC manterá todo o empenho de 2017 nas ações de análise de requerimentos no SIGEF para 2018.

Índice de regularização fundiária

Gráfico



Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

Conforme alteração na apresentação dos gráficos dos índices de regularização fundiária passando para a porcentagem de execução desta ação.

- Realizar o atendimento apenas das demandas intempestivas de regularização fundiária, todas recorrentes de demanda dos lotes remanescentes das ações realizadas nos anos da década de 1980 e entre os anos de 2009 a 2012;
- Planejar estudos para melhorias nas ações e maior efetividade do serviço prestado.

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

vi. Demonstração da atuação da superintendência na regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal

Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste.

Demonstração da análise de processos de regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal	
Estoque inicial de processos protocolados em 2016	
Processos protocolados em 2016	+
Analisados em 2016	-
Estoque final	=
Planejados para atuação em 2016	

Análise

Para abordagem do tema, antes de tudo é preciso mencionar que na área de atuação da SR (29), que abrange 36 municípios no Estado de Pernambuco e 6 no Estado da Bahia, que todas as terras devolutas da nossa região, com exceção das áreas de LMEO (linha Média da Enchentes Ordinárias) do Rio São Francisco, são, por força do que estabelece a Constituição Federal, de propriedade dos referidos Estados.

No entanto, considerando que a atividade de regularização fundiária é de interesse da União, a SR (29), tem, ao longo dos anos, desenvolvido atividades junto com o Estado de Pernambuco, principalmente, através do seu Instituto de Terras e Reforma Agrária – ITERPE, seja de forma direta em parceira ou através de convênio. No momento a SR(29) está em processo de prestação de contas do convênio nº 751754/2010 que tratou da regularização fundiária nos municípios de Araripina e Ferreiros. A Superintendência também realizou no ano de 2010 uma ação discriminatória no Município de Itacuruba, que redundou na regularização de mais de 200 imóveis. Esses foram os trabalhos mais recentes, no entanto, dever ser citado que na Década de 1980 foram realizadas diversas ações de regularização abrangendo os municípios de Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista/PE, Orocó/PE, Cabrobó/PE, Belém do São Francisco/PE, Petrolândia/PE e Ibimirim/PE, sendo que com exceção dos dois últimos, os demais foram integralmente demarcados, possibilitando a regularização fundiária de milhares de famílias de trabalhadores rurais que, com a aquisição regular dos imóveis anteriormente ocupados a título de posse, passaram a acessar as diversas políticas públicas de fomento aos pequenos produtores rurais.

Essas ações são de grande importância, visto que além de possibilitarem a regularização fundiária dos ocupantes de boa-fé, muitos dos quais ocupam as áreas

regularizadas por décadas e muitas dessas obtidas através de sucessão dos ascendentes, tem o condão, através das ações massivas, de obstar a grilagem de grandes porções de terras públicas, mesmo que não sejam da União. Não pode ser olvidado o fato de que quando da identificação de grandes porções de terras devolutas não ocupadas, o Estado de Pernambuco tem criado projetos de assentamentos que depois são reconhecidos pelo INCRA passando os assentados a integrar o PNRA, efetivando a distribuição de terra. Como exemplos desse trabalho podem ser citados os projetos de assentamento Miguel Arraes e Januário Moreira, localizados no município de Petrolândia e o Ilha Grande do Pontal, localizado em Lagoa Grande, todos criados pelo Estado de Pernambuco e reconhecidos pelo INCRA.

Atualmente, pelo fato de não existir nenhuma atual ação de regularização fundiária em execução, os trabalhos desenvolvidos na SR(29) estão relacionados as ações complementares tendo por objetivo a regularização de imóveis que passaram pelo processo de demarcação, mas que por algum motivo de ordem documental e/ou de identificação do ocupante não foram concluídos durante a tramitação dos trabalhos das ações discriminatórias, sendo que os títulos hoje emitidos pela SR(29) são relativos ao passivo de lotes que foram identificados, demarcados e arrecadados em favor do Estado de Pernambuco, porém, ainda não titulados. Desse modo, a ação da SR(29) tem sido recepcionar os requerimentos dos interessados (ocupantes/posseiros), realizar as vistorias para verificar se a ocupação está de acordo com a demarcação realizada no ato da ação discriminatória e se o interessado atende os requisitos instituídos pela lei estadual de terra, para em seguida, emitir o título de propriedade.

vii. Demonstração da atuação da Superintendência na regularização de imóveis rurais do Programa Terra Legal

Não se aplica a UG.

3.3.2- Obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento

Sugere-se que a análise deste macroprocesso não ultrapasse o tamanho de **8 páginas**. Caso o item x (situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício) se aplique à Superintendência, acrescentar uma página.

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
Ação 211B	PO 02 - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária	ÁREA OBTIDA/HECTARE	NÃO ESTABELECIDO	0	Contingenciada	0	0	0	0	11,44
Ação 211B	PO 01 -Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária	ÁREA INDENIZADA /HECTARE	NÃO ESTABELECIDO	0	Contingenciada	0	0	0	0	0
Ação 211B	PO 07 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	ÁREA VISTORIADA EM HECTARE	1.364	1.207	178.195,07	178.195,07	173.657,76	158.276,82	158.276,82	34.460,64
Ação 211B	PO 06 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do PNRA	FAMÍLIAS ASSENTADAS EM ASSENTAMENTO NOVO	0	0	10.600,00	18.450,15	17.124,33	13.748,58	13.748,58	0,00
Ação 211A	PO 05 - Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	NÚMERO DE LICENÇAS PROTOCOLADAS	0	0	10.574,00	11.448,86	11.405,18	11.405,18	11.405,18	0,00

Ação 211A	PO 02 - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária	ASSENTAMENTO BENEFICIADO / MONITORADO	44	44	16.032,00	16.032,00	15.098,46	13.579,58	13.579,58	0,00
-----------	---	---------------------------------------	----	----	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	------

O ano de 2017 foi marcado pela retomada de forma intensa dos trabalhos de Vistoria e Avaliação de Imóveis Rurais para o programa de reforma agrária. Neste contexto, foram superadas, ao longo do exercício, dificuldades relacionadas à aquisição de EPI's e de contratação de veículos adequados à realização de trabalhos em campo, que impactou severamente a atividade em anos anteriores.

Desta forma, foram iniciados e concluídos a Vistoria e Avaliação dos Imóveis Rurais Fazenda Copa Fruit, Fazenda Vale Verde e Fazenda Jenipapo (Fazenda São Paulo), respectivamente nos municípios de Petrolina, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista, todas no Estado de Pernambuco, totalizando uma área de 1.221,0224 hectares, com capacidade para assentamento de 135 famílias. Ainda no ano de 2017, foram concluídos os trabalhos de campo das vistorias e avaliações dos imóveis rurais Fazenda Gaivota e Fazenda Riacho Fundo, ambas no município de Lagoa Grande, com área total de 364,8218 hectares e com capacidade de assentamento de cerca de 40 famílias. Também foram iniciados os trabalhos de vistoria e avaliação da Fazenda Milano, em Santa Maria da Boa Vista, Pernambuco, com área de 2.175,07 hectares e capacidade estimada em cerca de 150 famílias. Outrossim, como atividade do Serviço de Obtenção de Terras, foi concluído o Laudo de Avaliação da Fazenda Boa Sorte, município de Itacuruba, Pernambuco, com área de 983,4116, objetivando a regularização de territórios Quilombolas. Neste aspecto, também foram realizadas vistorias para análise de viabilidade para implantação de Projetos de Assentamento em 09 (nove) áreas expropriadas em virtude do plantio de plantas psicotrópicas, com área total de 1.260,8056, nos municípios de Floresta, Belém do São Francisco, Cabrobó e Orocó, em fase de elaboração dos Laudos.

O Cadastro, Seleção e Homologação de famílias para o Programa Nacional de Reforma Agrária teve suas ações suspensas em decorrências dos efeitos do Acórdão nº 775/2016 do Tribunal de Contas da União (TCU), entretanto, amparado em Parecer e Força Executória da AGU, foi realizado cadastramento em campo das famílias não índias, do Território Indígena Brejo do Burgo, nos municípios de Paulo Afonso, Rodelas e Glória, no Estado da Bahia. Para execução da atividade foi publicado Edital de Convocação, com divulgação em rádio, internet, entidades públicas, locais de grande circulação, etc contendo a relação de famílias ocupantes de boa fé reconhecidas pela FUNAI. As ações implementadas objetivaram o cumprimento de parte das obrigações do INCRA na Ação Civil Pública n.º 0001160-17.2013.4.01.3306 - Juízo da Vara Federal de Paulo Afonso/BA, que trata da desintrusão de famílias não índias do citado território. Ainda em relação ao Acórdão do TCU, foram desbloqueadas, após análise por equipe designada, 253 famílias beneficiárias do PNRA que apresentavam indícios de irregularidades apontadas pelo Órgão de Controle.

Na ação de Gestão Ambiental no ano de 2017 foram contemplados mais 07 assentamentos rurais desta superintendência, como Mandacaru, Catolé, Paraíso e Adão Preto, em Serra Talhada; Junco e Maristela Medrado, em Santa Maria da Boa Vista; e Josué de Castro, em Ouricuri, todos no Estado de Pernambuco, esse quantitativo se refere aos Planos de Manejo Florestal implementados pela APNE (Associação Plantas do Nordeste) por meio de contratos com o Serviço Florestal Brasileiro e a Caixa Econômica Federal e mais recentemente pelo Nordeste Reflore contratado pelo IPA (Instituto de Pesquisa Agropecuária de Pernambuco) acompanhados por esta Superintendência. Foi realizado também o acompanhamento nos assentamentos alvo de denúncias ambientais, as quais são apuradas por meio de notificações aos agressores, seguido de reunião e vistoria in loco, para em sequência efetuar encaminhar aos órgãos de fiscalização ambiental competentes.

Na ação de Regularização Ambiental, no ano de 2017, foram realizados as devidas retificações nos cadastros rurais ambientais e também 11 cadastros no SICAR (Sistema de Cadastro Ambiental Rural), o qual servirão para a regularização fundiária dos imóveis rurais com projetos de assentamento, juntamente ao instrumento de licenciamento ambiental das atividades desenvolvidas no projeto de assentamento (licenças para as atividades agrossilvipastoris e de infraestrutura). Além de ter sido elaborado o PRAD – Projeto de Recuperação Ambiental do Projeto de Assentamento Vitória, no município de Santa Maria da Boa Vista.

No exercício de 2017 não houve execução de meta utilizando recursos de exercícios anteriores.

ii. Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

A Superintendência Regional do INCRA no Médio São Francisco, a partir do ano de 2016, vem adotando estratégias para contornar as dificuldades na obtenção de terras, seja em função dos decretos emergenciais em função da estiagem, seja em virtude dos entraves burocráticos e escassez de recursos para execução da ação. Neste sentido, foram iniciadas parcerias com a Procuradoria da Fazenda Nacional, através da sua seccional em Petrolina/PE, que teve como resultados as vistorias e avaliações dos imóveis Fazenda São Paulo e Fazenda Milano, cujas autorizações para a execução foram obtidas no curso dos respectivos processos judiciais de execução fiscal. Desta forma, esta nova possibilidade tem o potencial de promover a aquisição de áreas próprias para a reforma agrária, de forma célere e por valores razoáveis, considerando, que neste caso, são determinados por laudos produzidos pelo INCRA, além de evitar os prolongados e onerosos processos de desapropriação.

iii. Demonstração da atuação da SR na gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatadas

Não houve desconto de valores referentes a desconto de passivo ambiental no exercício de 2017.

iv. Estratégia para regularização ambiental dos projetos de assentamento e resultados no exercício, no âmbito da superintendência regional

A regularização ambiental, no que concerne às atribuições do INCRA, com o advento do Cadastro Ambiental Rural, está sendo implantada com bastante agilidade e qualidade através da parceria com a Universidade Federal de Lavras, com previsão de conclusão até o final do ano de 2018. Em relação as atividades desenvolvidas pelos beneficiários, o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural contempla ações de orientação e apoio técnico para o licenciamento de atividades com potencial de causar impactos ambientais.

v. Estratégia do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia

Não se aplica a UG.

vi. Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados

Foram registrados 71 (setenta e um) imóveis no sistema SPIUNET/SIAFI no exercício de 2017. Conforme plano da ação pactuado pelo INCRA, serão registrados até o final de 2018, mais 193 (cento e noventa e três) imóveis no sistema SPIUNET. As principais dificuldades para execução da ação está na demora da prestação de informações pelos cartórios de registros de imóveis e ausência de pessoal qualificado, na quantidade ideal para realização dos serviços.

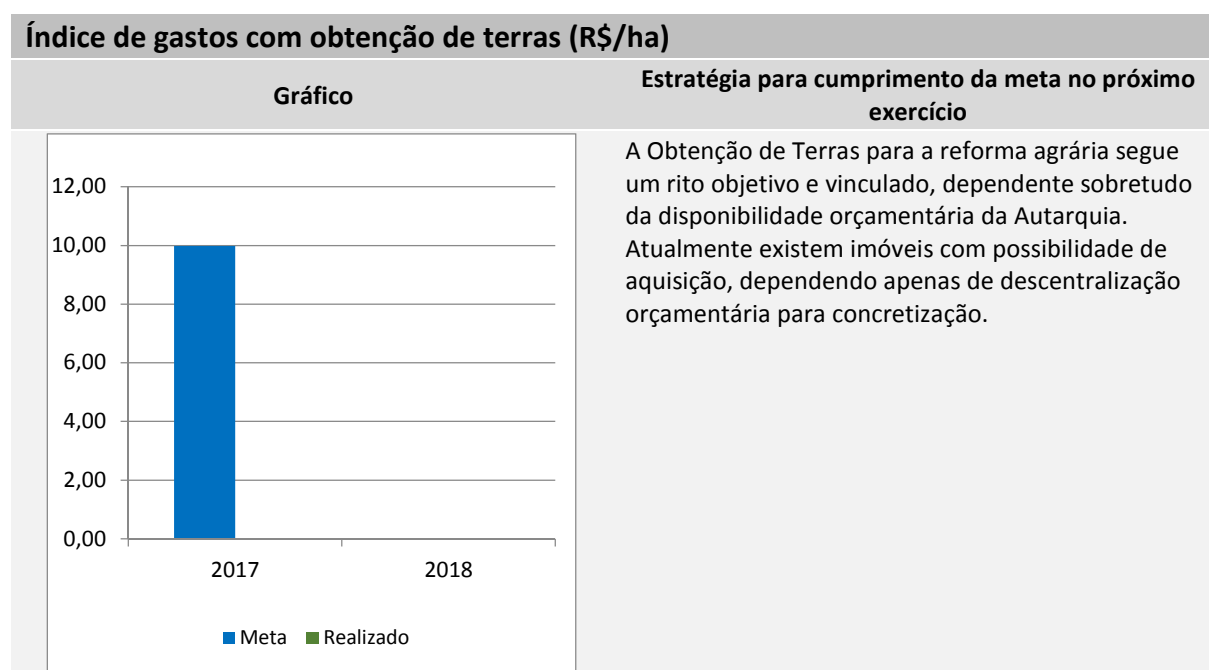
vii. Estratégia de atendimento do público-alvo da reforma agrária

Com o advento do conflito agrário deflagrado no Perímetro de Irrigação do Pontal Sul, pertencente à CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba), em Petrolina/PE, as ações da Divisão de Obtenção de Terras da SR(29) estão voltadas para atender às famílias acampadas no local, com perfil para integrarem o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Atualmente, há um total de 224 (duzentas e vinte e quatro) famílias identificadas que atendem aos requisitos para serem incluídas no programa.

viii. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

Os registros dos macroprocessos são informados pelos respectivos setores, sintetizados pela Chefia da Divisão e publicados pelo Gabinete da Superintendência, através da Coordenação de Planejamento.

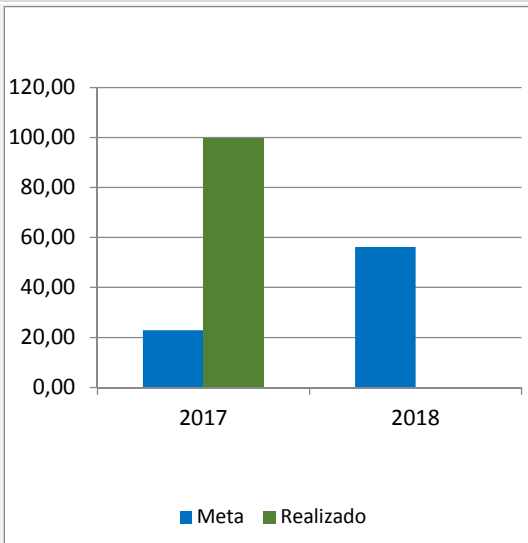
ix. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício



Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício									
 <table><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th></tr></thead><tbody><tr><td>2017</td><td>1,00</td><td>1,00</td></tr><tr><td>2018</td><td>1,00</td><td>1,00</td></tr></tbody></table>	Ano	Meta	Realizado	2017	1,00	1,00	2018	1,00	1,00	Após a edição da Resolução CONAMA nº 458/2013, em regra, os assentamentos de reforma agrária estão liberados da exigência de licenciamento ambiental prévio. Atualmente são licenciadas as atividades desenvolvidas causadoras de impactos ambientais relevantes.
Ano	Meta	Realizado								
2017	1,00	1,00								
2018	1,00	1,00								

Índice de Projetos de Assentamento com regularização ambiental requerida (CAR)

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício									
 <table><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th></tr></thead><tbody><tr><td>2017</td><td>20,00</td><td>100,00</td></tr><tr><td>2018</td><td>55,00</td><td>55,00</td></tr></tbody></table>	Ano	Meta	Realizado	2017	20,00	100,00	2018	55,00	55,00	Todos os Projetos de Assentamento da regional tiveram o CAR solicitado ao órgão ambiental, com o envio das peças técnicas necessárias. Neste caso, a expectativa é de que todos os assentamentos da reforma agrária existentes no âmbito da Superintendência Regional (SR-29) sejam regularizados até o final de 2018.
Ano	Meta	Realizado								
2017	20,00	100,00								
2018	55,00	55,00								

x. Relatório consolidado da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício

Não se aplica a UG.

3.3.3- Desenvolvimento de projetos de assentamento

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Demonstração da execução física e financeira das ações da LOA relacionadas ao desenvolvimento de projetos de assentamento de responsabilidade da superintendência, incluindo as estratégias a serem adotadas para correção de eventuais distorções nos resultados em relação às metas traçadas.

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
210S	BRASIL SEM MISERIA - ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL PARA REFORMA AGRARIA	Família	1.700	7.722	4.379.927,82	2.100.000,00	2.100.000,00	2.100.000,00	2.100.000,00	0,00
210S	ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL PARA FAMILIAS ASSENTADAS	Família	2.060	138	2.060.000	2.060.000,00	2.059.891,48	2.050.813,90	2.050.813,90	10.000,00
210S	TERRITORIOS DA CIDADANIA - ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL PARA REFORMA AGRARIA	Família	300	2.087	1.000.000	3.000.000,00	3.000.000,00	2.637.426,15	2.637.426,15	73.963,26
211A	SUPERVISAO E FISCALIZACAO DA CONCESSAO DO CREDITO INSTALACAO AS FAMILIAS ASSENTADAS DA REFORMA AGRARIA	Crédito	2.000	1.220	77.165,34	145.433,06	84.575,86	54.544,30	54.544,30	0,0
211A	TITULACAO E DESTINACAO DE IMOVEIS RURAIS PARA A REFORMA AGRARIA	Títulos	3.500	4.290	77.093,00	105.305,75	88.725,56	39.870,04	39.870,04	41.215,75

211A	IMPLANTACAO E RECUPERACAO DE INFRAESTRUTURA BASICA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO	Famílias	398	1.324	3.167.267,00	5.521.222,39	5.520.609,98	650.891,63	650.891,63	0,0
211A	DEMARCACAO TOPOGRAFICA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO	Famílias	3.000	1.280	1.200.000,00	194.000,00	182.962,05	164.319,25	164.319,25	0,00
211A	SUPERVISAO OCUPACIONAL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS	Parcela	349	127	195.113,00	218.713,35	196.909,57	159.689,80	159.689,80	0,00

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
210S	BRASIL SEM MISERIA - ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL PARA REFORMA AGRARIA	Família	1.700	7.722	340.653,49	0	340.653,49	0
210S	ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL PARA FAMILIAS ASSENTADAS	Família	2.060	138	423,57	30.423,57	0	10.000,00
210S	TERRITORIOS DA CIDADANIA - ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL PARA REFORMA AGRARIA	Família	300	2.087	1.587.623,64	0	1.513.660,38	73.963,26
210T	EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO	Trabalhador	0	0	5.500,00	828,61	1.671,39	3.000,00
210T	CAPACITACAO E FORMACAO PROFISSIONAL DE NIVEL MEDIO E SUPERIOR PARA A REFORMA AGRARIA	Profissional	100	150	0	309,34	0	0

210W	BRASIL SEM MISERIA - DOCUMENTACAO DA TRABALHADORA RURAL	Documento	0	0	0	6.241,82	0	0,00
211A	SUPERVISAO E FISCALIZACAO DA CONCESSAO DO CREDITO INSTALACAO AS FAMILIAS ASSENTADAS DA REFORMA AGRARIA	Crédito	2.000	1.220	4.269,54	4.269,54	0	0,00
211A	FOMENTO A AGROINDUSTRIALIZACAO E A COMERCIALIZACAO - TERRA SOL	Família	0	0	0	600.007,70	0	0,00
211A	TITULACAO E DESTINACAO DE IMOVEIS RURAIS PARA A REFORMA AGRARIA	Títulos	3.500	4.290	61.215,75	15.022,25	5.000,00	41.215,75
211A	IMPLANTACAO E RECUPERACAO DE INFRAESTRUTURA BASICA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO	Famílias	398	1.324	1.293.266,30	1.739.949,73	3.046.919,30	2.152.447,42
211A	DEMARCACAO TOPOGRAFICA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO	Famílias	3.000	1.280	200.225,00	200.000,00	0	225,00
211A	SUPERVISAO OCUPACIONAL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS	Parcela	349	127	61.583,95	9.838,84	9.981,48	57.105,38

ii. Diagnóstico do déficit de infraestrutura em projetos de assentamento

A consolidação dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, e consequentemente a sua emancipação, depende necessariamente da dotação de Infraestrutura básica, sobretudo em relação à moradia, estradas de acesso, energia elétrica e abastecimento de água.

A estratégia para promoção da infraestrutura básica nos assentamentos, nos últimos anos, definida pela direção central no INCRA/Sede, está focada na transferência da execução das respectivas obras e serviços para os diversos entes supostamente mais qualificados que o INCRA na implementação das mesmas. Desta forma, as regionais do INCRA têm a missão de qualificar a demanda e encaminhar para os entes parceiros para efetivação, com ou sem repasse de recursos orçamentários da Autarquia.

A promoção de habitação nos Projetos de Assentamento, desde 2013, ano da edição da Portaria Interministerial Nº 78, que incluiu os agricultores familiares beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, entre os beneficiários do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, vem sendo conduzida de modo a viabilizar o dos beneficiários do PNRA que ainda não possui habitação ou carecem de reforma das construídas para o acesso ao PMCMV.

No âmbito de atuação da SR29/MSF, após superação das dificuldades encontradas pelas Entidades Organizadoras, responsáveis pela intermediação entre os beneficiários do PNRA e Caixa Econômica Federal, para fins de ultimar a contratação da construção das habitações, foi firmado em 2016, 466 contratos para atender famílias assentadas nos PA's Josias e Samuel (12 casas), Edmilson de Araújo (17 casas), José Almeida (66 casas), Cacimba dos Sonhos (10 casas), Lago Azul (43 casas), e Januário Moreira (92 casas), Abreu e Lima (157 casas), Nossa Senhora Santana (7 casas), São Francisco I (13 casas), Nossa Senhora Aparecida (17 casas), Vale do Piutá (16 casas), Jatobá dos Basílios (9 casas), Casa Nova (1 casas) e Melancia (6 casas), com obras ainda em execução no exercício. Ainda objetivando resolver essa situação, a SR/29 tem mantido constante diálogo com as diversas entidades organizadoras e financeiras no sentido de prestar os esclarecimentos e apoio necessário, respeitando os limites institucionais impostos pelo programa.

Quanto à questão do atendimento de energia elétrica, a situação está praticamente equacionada através do Programa Luz para Todos, sob a Coordenação do Ministério de Minas e Energia. As demandas que vão surgindo são diligenciadas diretamente para CELPE para que haja o pronto atendimento.

Com relação ao acesso a água nos Projetos de Assentamento, foi celebrado contrato nº 06/2017 com a empresa Agromáquinas Empreendimentos Agrícolas LTDA, CNPJ 05.604.422/0001-90, para perfuração e instalação de 150 poços tubulares em áreas de atuação do INCRA/SR-29/MSF. Neste exercício esse contrato executou 38 perfurações, em 28 assentamentos, atendendo 1.118 famílias. O trabalho aponta um índice de aproximadamente 70% de poços produtivos, todos localizados no semiárido brasileiro com extrema dificuldade de acesso à água para consumo humano.

Com relação a implantação e recuperação de Infraestrutura viária em Projetos de Assentamentos da SR29, os dois convênios realizados com a Prefeitura de Serra Talhada-PE o primeiro, nº 777572/2012, que atendem 398 famílias dos Assentamentos Virgulino Ferreira, Gilvan Santos, Bela Vista e Poldrinho, encontra-se concluído em 100% de execução. O segundo, nº 806610/2014, beneficiando 83 famílias nos Projetos de Assentamento Timburana, Três Irmãos e São Lourenço, encontra-se em 80% de execução física total.

O convênio com a Prefeitura de Lagoa Grande, nº 808487/2014, atende 233 famílias assentadas nos Projetos de Assentamento Ilha Grande do Pontal, Morro do Mel, Lagoa das Baraúnas, Lagoa das Caraíbas e Pocinhos, apresenta um percentual de execução de 70,13%.

iii. Demonstração das estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento

A supervisão em projetos de assentamento, visando coibir irregularidades ocupacionais, ocorre de forma integrada envolvendo todos os Servidores da Divisão de Desenvolvimento e tem suas ações Coordenadas por uma equipe, a “Comissão de Supervisão da IN nº 71/2012” instituída especificamente para este fim.

A regularidade ocupacional é um passo importante para o desenvolvimento e sustentabilidade dos Projetos de Assentamento, possibilitando a implementação das demais políticas públicas, como o Crédito Produtivo, devidamente acompanhado da Assistência Técnica, o que contribui de forma decisiva para a consolidação e emancipação dos Projetos

de Assentamento da Reforma Agrária, culminando com a promoção do cumprimento da função social da terra.

Quanto a supervisão ocupacional nos projetos de assentamentos da Reforma Agrária, a meta estabelecida foi de 349, que após concluído os trabalhos de campo a comissão da IN 71/2012 realizou 200 vistorias in loco, que resultou na elaboração de 151 laudos, sendo 45 encaminhados para regularização e 106 para retomadas de lotes.

iv. Demonstração das estratégias e resultados voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento

1. Crédito Instalação

O Crédito Instalação para as famílias assentadas da reforma agrária passou por uma grande transformação decorrente da publicação da Lei 13.001/2014 e do Decreto 9.066/2017 que estabelecem, respectivamente, os critérios para remissão dos créditos já concedidos e redefinem as modalidades e critérios para concessão de novos créditos. A principal mudança na operacionalização dos novos créditos está na exigência, da maioria deles, do acesso aos serviços de ATER de forma contínua, que deverá proporcionar maior efetividade e melhoria nos resultados alcançados na sua aplicação. Outra importante mudança está na forma de operacionalização, que agora é de forma individual, considerando a unidade familiar, através de cartão magnético, com conta única administrada pelo INCRA Sede.

O principal objetivo da concessão do crédito instalação é viabilizar projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional e de estímulo à geração de trabalho e renda, apoiar a aquisição de itens de primeira necessidade, de bens duráveis de uso doméstico e equipamentos produtivos, como também para atender a necessidade de segurança hídrica das famílias assentadas nos projetos de assentamento localizados nas áreas circunscritas ao semiárido;

A nível de informação e tomando como base os dados extraídos do sistema SNCCI, temos a esclarecer que foram disponibilizados 9 créditos da linha Complemento Apoio Inicial I para saque, 6 créditos Fomento Operação I, na modalidade Semiárido foram 90 créditos para saque, e 1215 créditos Fomento Mulher.

2. Agroindustrialização

Apesar do interesse dessa regional em desenvolver essa ação, a mesma não avançou em virtude da ausência de orçamento.

3. Assistência Técnica Especialista para agroindustrialização

Os contratos de Assistência Técnica atualmente em execução não são específicos para agroindustrialização, não havendo previsão orçamentária para contratação de serviços especializados no assunto. Com o advento da ANATER (Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural), há a expectativa de que seja implantada ATER especializada, devendo contemplar os Assentamentos de Reforma Agrária.

4. Educação no campo

No exercício de 2017 mantiveram-se em execução os TED celebrados com a Universidade do Vale do São Francisco – UNIVASF, sendo dois (2) em graduação, com 39 alunos cursando a Licenciatura em História, 45 alunos cursando Licenciatura em Ciências Sociais e um (1) curso de pós-graduação em Especialização em Educação no Campo com 42 alunos na fase de conclusão do curso previsto para o primeiro semestre de 2018.

v. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados das informações referentes à atividade de desenvolvimento de projetos de assentamento no âmbito da SR, bem como para garantia do alinhamento da estrutura operacional da superintendência com as estratégias definidas pela direção e a regularidade normativa dos processos (atividades de conferência, revisão, auditorias internas, segregação de funções e autorizações etc.)

No início do Exercício de 2017, a Diretoria de desenvolvimento de Projetos de Assentamentos, a partir da diretriz operacional de atendimento prioritário da Ação de Titulação, disponibilizou uma equipe de Planejamento para Suporte na Oficina Regional de Planejamento da SR(29). Nesta etapa foram reunidos todas as equipes técnicas que estavam diretamente ligadas ao cumprimento das metas estabelecidas pelo INCRA-Brasília para detalhamento do plano de trabalho 2017, que consistia na identificação das atividades necessárias, custos e fluxos operacionais de supervisão Ocupacional, Atualização Cadastral, Demarcação topográfica, Certificação de Lotes e emissão documental.

Após estabelecidas as metas, passa-se a execução das atividades no âmbito da Superintendência, no caso, na Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (D). Na execução das atividades são utilizadas algumas rotinas e ferramentas (sistemas ou programas) com o objetivo de promover o controle quantitativo e qualitativo sobre os serviços executados, bem como para garantir o respeito às normas e manuais de procedimento estabelecidos. A princípio, deve ser citado que a própria organização da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento é estruturada na subdivisão de três serviços

que em ações sucessivas e/ou concomitantes desencadeiam na execução finalística da Divisão que é de prover os projetos de assentamentos com infraestrutura mínima e possibilitar o desenvolvimento econômico das famílias participantes do PNRA.

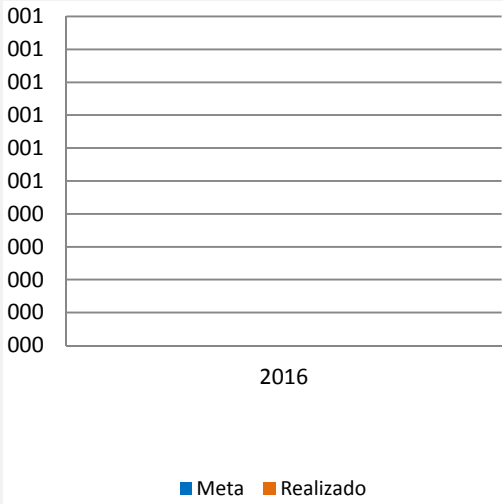
A Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento é composta pelos Serviços de Infraestrutura (D1), Serviço de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos (D2) e Educação no Campo (D3). As ações da Divisão de Desenvolvimento, de forma geral, são distribuídas aos técnicos de acordo com o planejamento estratégico realizado, que posteriormente subsidiam o gestor com informações das execuções e das estratégias utilizadas para a realização das atividades específicas, gerando resultados que são apresentados para alimentação do Módulo de Monitoramento, outro instrumento que ser para acompanhamento das ações pelo gestor.

Em relação ao Serviço de Infraestrutura básica, para cada convênio celebrado é nomeado um engenheiro civil para atuar como fiscal e acompanhar o andamento das obras, tendo o registro de todas as atividades no Portal de Convênios, o SINCOV.

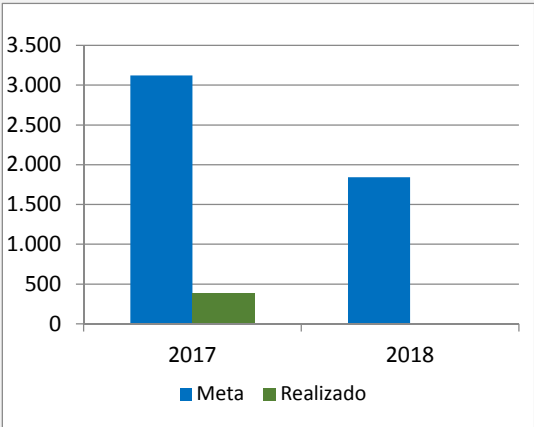
Para acompanhamento da aplicação do crédito, o INCRA instituiu o Sistema Nacional de Concessão de Crédito Instalação – SNCCI, no qual todos os créditos concedidos devem, necessariamente, são gerenciado através do sistema, possibilitando a extração de relatórios que permitem fazer o acompanhamento da evolução das metas estabelecidas. Assim, tem-se buscado acompanhar a evolução produtiva dos técnicos e discutir os entraves e dificuldades que têm atrapalhando a plena consecução da meta estabelecida. Além desses instrumentos ainda podem ser utilizadas as informações do SIPRA – Sistema de Informação de Projetos de Assentamentos, no qual constam as informações relativas aos beneficiários do PNRA, dados imprescindíveis para aplicação dos créditos.

vi. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de desenvolvimento de projetos de assentamento, contextualizado no âmbito da superintendência, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

Índice de acesso à moradia nos assentamentos

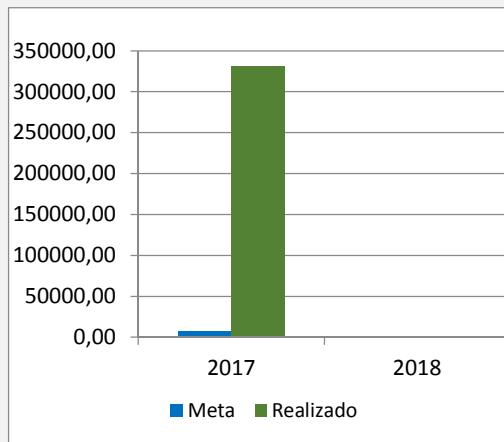
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício
 2016 ■ Meta ■ Realizado	Mesmo não sendo possível a criação do gráfico por ausência de casas concluídas em 2017, registramos que no âmbito de atuação da SR29/MSF, após superação das dificuldades encontradas pelas Entidades Organizadoras, responsáveis pela intermediação entre os beneficiários do PNRA e Caixa Econômica Federal, para fins de ultimar a contratação da construção das habitações, embora não tenhamos imóveis concluídos, foi possível firmar contratos para atender 466, cuja conclusão deve ocorrer em 2018.

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à população

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício
 2017 2018 ■ Meta ■ Realizado	Com auxílio das empresas de ATER esta Superintendência emitiu 1.410 DAP's que possibilitaram as famílias assentadas a participarem de vários programas de governo, como o Garantia Safra, como também possibilitou a contratação de 141 Pronaf A, com elaboração dos projetos técnicos, acompanhamento e emissão de laudos de aplicação do recuso pelas empresas de ATER.

Índice de provimento de assistência técnica

Gráfico



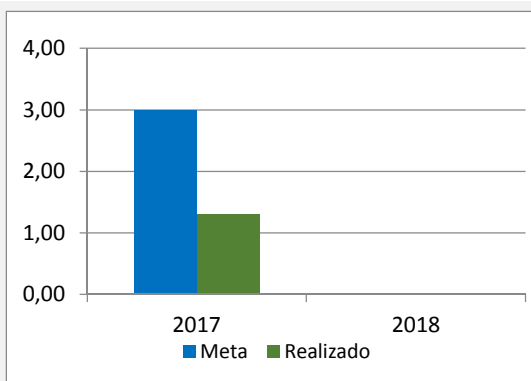
Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

Quanto aos trabalhos de ATER, com a continuação da Chamada Pública 01/2014 através da renovação dos 03 (três) contratos de assistência técnica para 2017, com as empresas DELTA, DIAMANTINA e SEMENTES, mantendo o quantitativo inicial de 9.947 famílias atendidas, distribuídas em onze (11) núcleos definidos na chamada, os quais receberam algum tipo de serviço de assistência técnica, demonstrando que a SR/29 vem ampliando o número de famílias atendidas em situação regular nos projetos de assentamento.

Não foi gerado gráfico por não ter sido estabelecido metas de assentamentos de famílias nos anos 2016 e 2017, cuja impedimento foi baseado no Acórdão 775/2016.

Índice de parcelas supervisionadas

Gráfico



Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

Quanto a supervisão ocupacional nos projetos de assentamentos da Reforma Agrária, a meta estabelecida foi de 349, que após concluído os trabalhos de campo a comissão da IN 71/2012 realizou 200 vistorias in loco, que resultou na elaboração de 151 laudos, sendo 45 encaminhados para regularização e 106 para retomadas de lotes.

4- Governança, gestão de riscos e controles internos

4.1- Atuação da unidade de auditoria interna

Nos termos do Regimento Interno institucionalizado através da PORTARIA/INCRA/P/Nº 49, de 31 de janeiro 2017, a Auditoria Interna é órgão vinculado ao INCRA Sede a qual compete de acordo com o Art. 54 do Regimento, assessorar o Conselho Diretor quanto à realização e acompanhamento das atividades e dos programas de trabalho, orientando e fiscalizando as diversas unidades organizacionais do INCRA quanto à exatidão e correção das medidas técnicas, administrativas, financeiras e contábeis.

O Regimento interno prevê ainda que no âmbito das Superintendências Regionais a Auditoria deverá planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas

As atribuições de planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas, inclusive nos órgãos e unidades descentralizadas do Incra cumprem à Auditoria Interna do Incra, bem como, subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do Incra e nas ações voltadas para a modernização institucional.

No exercício de 2017 não houve atuação auditoria interna da Autarquia nesta Superintendência Regional. Ademais, esta UJ segue as orientações de controles propostas pelas Diretorias no que diz respeito à avaliação e acompanhamento da qualidade e da produtividade das atividades de nossas Divisões Técnicas.

4.2- Gestão de riscos e controles internos

4.2.1- Principais controles instituídos para garantir o alinhamento da Superintendência ao planejamento estratégico

Os objetivos definidos para as Superintendências Regionais foram estabelecidos através do Caderno de Metas e previsão de Créditos Orçamentários 2017. Este Caderno

estabelece as metas físicas e limites orçamentários das Superintendências Regionais e Sede, para cada Programa e Ação previstos no PPA para o Incra.

Esta primeira etapa do ciclo de gestão, que é o planejamento, fica bastante comprometida nas Superintendências Regionais, uma vez que não está formalmente institucionalizada. Não existe norma, previsão, ou mesmo orientação de metodologia por parte da Sede para o planejamento a nível regional. Não existe também capacitação institucionalizada para planejamento e/ou gestão de riscos. Algumas regionais realizam por conta própria um planejamento a nível regional, mas não há padronização, integração, nem mesmo divulgação entre os poucos trabalhos realizados neste sentido. Esta regional não realizou planejamento a nível operacional em 2017.

A partir das diretrizes do caderno de metas o gestor de cada regional, considerado a sua capacidade operacional, tem a discricionariedade para realizar o planejamento operacional da Superintendência, que é realizado através de designação por ordens de serviço com definição de responsáveis e prazos para consecução dos objetivos estratégicos previstos no Plano Estratégico do Incra, e metas institucionais previstas no Caderno de Metas e Créditos Orçamentários 2017.

Na etapa de execução e monitoramento quando são realizadas posteriormente avaliadas a eficiência, eficácia e efetividade, ressaltamos que as ações e formalizações dos processos observam os princípios da Administração Pública e que busca-se a realização da execução do ponto de vista físico e orçamentário de 27 Ações contidas em 10 Programas inseridos no Plano Plurianual - PPA 2016-2019.

Através do Monitoramento realizado mensalmente por meio do Módulo de Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais – SIR (<http://sir.incra.gov.br/incra>) que permite o gestor acompanhar o desenvolvimento das ações e metas pactuadas para posterior tomada de decisões. O módulo Monitoramento foi normatizado pela Instrução Normativa nº 55, de 3 de agosto de 2009, os dados relativos à execução física são inseridos no Módulo de Monitoramento e Avaliação e validados pelo Superintendente Regional. Cabe às Diretorias, por meio dos relatórios do sistema, acompanhar e analisar a evolução da execução de cada regional.

O sistema de monitoramento não contempla o detalhamento da execução, ainda é muito incipiente do ponto de vista da confiabilidade o que compromete a transparência as informações a sociedade.

A quarta e última etapa do ciclo de gestão, é a avaliação dos resultados alcançados, não foi também formalizado pela autarquia, comprometendo também o planejamento do próximo ciclo.

Ao longo de todo exercício, frequentemente são realizadas reuniões entre os gestores da regional, para acompanhamento da execução física e orçamentária, discussão das dificuldades e adoção de medidas, para que se atinjam os resultados pretendidos. Ao final do exercício, o próprio Relatório de Gestão, que compõe o processo de Prestação de Contas Anual, tem se mostrado uma boa ferramenta de avaliação e subsídio para planejamento.

4.2.2- Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do Incra e sistemas corporativos da administração pública

Conforme mencionado no subitem 4.2.1, no exercício de 2017 não houve uma atuação local direta e local da Auditoria Interna do INCRA nesta Regional. Os parâmetros utilizados no que se refere aos controles são os dispostos nas recomendações da Controladoria Geral da União, que atuou até o primeiro trimestre de 2016, mediante a subordinação do INCRA a Casa Civil da Presidência da República.

Seguimos as recomendações emanadas pela Controladoria Geral da União do estado Pernambuco através de Notas e relatórios de Auditoria e buscamos através do apontamentos de exercícios anteriores aprimorar os nossos controles e utilização dos sistemas do Governo Federal, como por exemplo, SIASG, SIAFI, SICONV E SIASG WEB, senão vejamos: registro de contratos e cronograma de contratos no SIASG através de asseguradores de contratos formalmente designados, registro no SICONV de todos os relatórios de acompanhamento e fiscalização pelos técnicos(físico e financeiro/contábil) formalmente designados, utilização do SISPROT na tramitação de processos ; utilização de cotação eletrônica no Siasg web e utilização dos demais sistemas corporativos do governo federal.

A implantação do SEI-Sistema Eletrônico de informações foi o grande destaque do exercício de 2017 do ponto de vista de inovação, tecnologia, fidedignidade de registros, controle e acompanhamento de processos. O SEI permitiu uma maior segurança ao gestor na

fidelidade das informações, transparência e acompanhamento do desempenho e celeridade dos processos.

4.2.3- Avaliação, pelos próprios dirigentes da Superintendência, dos controles internos administrativos instituídos na Superintendência, de acordo com os critérios descritos no item 9.1

A gestão da SR29 vem ao longo dos três últimos exercícios enfatizando a importância dos controles internos tanto no que diz respeito ao aspecto formal dos processos quanto ao aspecto de formação de cultura de adoção de recomendações da Controladoria Geral da União –PE que atuou nesta Regional nos exercícios de 2011 a 2016, como forma de padronização de procedimentos.

O controle interno da Superintendência Regional do INCRA Médio São Francisco está em constante aprimoramento através da divulgação de normas e orientações internas, sempre baseadas nas constatações e recomendações apresentadas nas Auditorias realizadas pela Controladoria Geral da União-PE, que influenciou positivamente os controles da gestão, em destaque, o Plano de Providências Permanentes – PPP, que regionalmente funciona como balizador na orientação para execução das nossas metas.

A metodologia de trabalho utilizada para discussão dos procedimentos com vistas a o alcance dos resultados periodicamente é discutida nas reuniões do Comitê de Decisão Regional (CDR) desta Superintendência Regional, composto pela Chefias das Divisões, Assessores do Gabinete e Superintendente Regional/Planejamento/Procuradoria Federal/PFE.

Registramos que o controle interno é um processo que permeia fases, pessoas e procedimentos, e que procuramos no exercício de 2017, manter os controles instituídos para otimização dos recursos públicos, com a busca da quebra dos paradigmas danosos, que ainda insistem em permear as ações públicas, objetivando a efetividade das nossas ações.

A implantação do SEI quebrou paradigmas, mudou a cultura e trouxe aos gestores a certeza da disponibilidade da informação em tempo real. Utilizamos o SEI como instrumento de informação e divulgação de normativos legais como memorandos, decretos, orientações e outros documentos que orientam a execução das ações dentro das formalidades legais como forma de instituição de controle prévio de irregularidades Em relação a designação de servidores com a discriminação de competências para determinados serviços ou atividades utilizamos como base o regimento interno do INCRA e atribuímos competências e

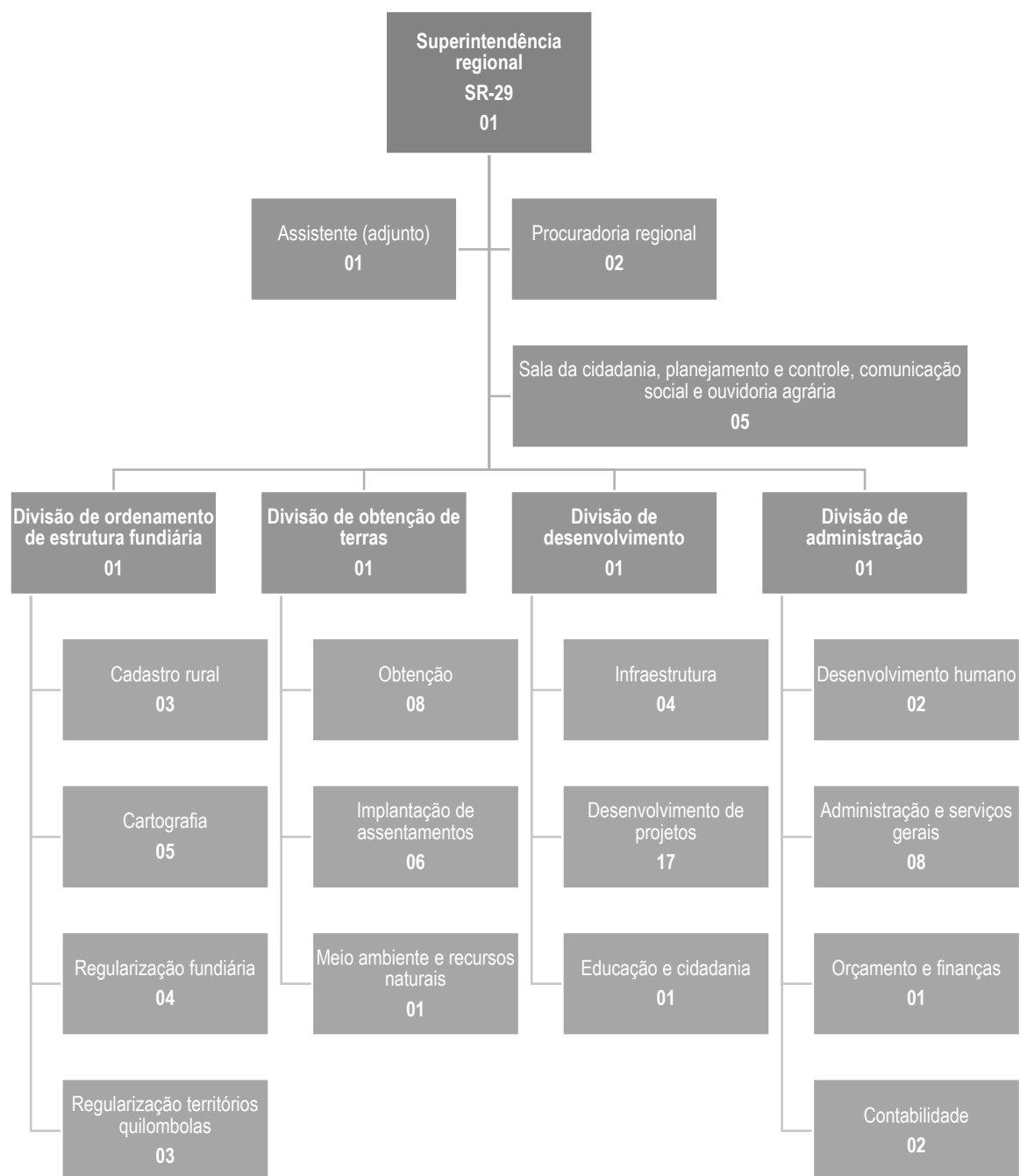
responsabilidades específicas através de Portarias e Ordens de Serviço, como forma de segregar funções e responsabilidades.

A avaliação completa dos controles internos encontra-se no item 9.1.

5- Áreas especiais da gestão

5.1- Gestão de pessoas

5.1.1- Estrutura de pessoal da unidade



Análise da distribuição

A Superintendência Regional do INCRA no Médio São Francisco, conta hoje com um quadro funcional composto de 78 servidores ativos, distribuídos conforme organograma acima, nos seguintes setores: Gabinete, Divisão de Ordenamento Fundiário, Divisão de Obtenção, Divisão de Desenvolvimento, Divisão de Administração.

Verifica-se que nos últimos sete anos houve um incremento da força de trabalho, o qual se deu em função do Concurso Público de 2010, proporcionando à Regional o ingresso de servidores de cargo de nível superior que preencheu áreas estratégicas, como por exemplo, o ingresso de três antropólogos, quatro engenheiros cartógrafos e um engenheiro civil.

No entanto, em que pese ter havido ingresso de novos servidores, não representou aumento suficiente de força de trabalho, pois por motivos diversos (aposentadoria, egressos, licença saúde, remoções), comprometeram o atendimento da nossa demanda.

Portanto, o atual quadro de pessoal ainda não corresponde ao ideal, podendo interferir na qualidade dos serviços prestados por esta Regional.

O índice de rotatividade dos servidores é um aspecto persistente que afeta negativamente a força de trabalho da SR29, tal fato ocorreu no exercício de 2017 com egresso de três servidores para outras regionais que tornaram ainda maior déficit de força de trabalho necessário a realização de atividades administrativas e finalísticas desenvolvidas pelos setores que compõem a sua estrutura da sr29.

Nas reuniões de CDR quando são realizadas discussões sobre os pedidos de remoção e alocações de servidores é o espaço de avaliação da capacidade operacional da regional, cada vez mais deficitária, fato que não está na governabilidade do gestor de contratar mão de obra, pois o ingresso de servidores está a cargo de novo concurso público.

Destacamos que distribuição de serviço por demanda de ação não corresponde a lotação de servidores por Divisão. Ou seja, devido ao déficit da força de trabalho, alguns servidores acumulam mais de uma atribuição, a exemplo do Gabinete, no qual, o assegurador de planejamento também faz parte da Ordem de Serviço 34/2015 que trata da emissão de CCU; A chefe de gabinete também encontra-se em uma Ordem de Serviço como asseguradora do Pronera, membro de Comissão de TCE, membro da Ouvidoria Agrária Regional e Pregoeira;

no Chefe Do Ordenamento Fundiário, que além de Superintendente Substituto é Ouvidor Agrário, a divisão de Desenvolvimento, a maioria dos técnicos desempenham atividades de infraestrutura e desenvolvimento de projeto de assentamento; Na divisão de Regularização Fundiária, alguns técnicos auxiliam em ações da divisão de Obtenção e Desenvolvimento, a exemplo do CAR, ATER e CCU e na Obtenção temos dois Peritos Federais que acumulam a função de assegurado de Terra Sol e PRONERA.

Ressaltamos aqui que além da necessidade de aumento quantitativo da composição da força de trabalho da regional e melhor distribuição das atividades, identificamos riscos que podem comprometer de forma grave o cumprimento da missão institucional: espaço físico inadequado para quantitativo de servidores e espaço para arquivamento de documentações necessário para guarda dos processos físicos após a implantação do SEI.

Análise da estratégia das ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

A Superintendência Regional no Médio São Francisco busca qualificar os servidores para o melhor desempenho das atribuições que lhe são afetas, de acordo com os recursos descentralizados pela Sede destinados especificamente ação de capacitação de pessoal, oferecendo oportunidade de aprimorar o conhecimento, por meio do custeio dos eventos de capacitação, o que inclui além do valor de inscrição, o valor de passagens e diárias para os deslocamentos necessários.

Nesse sentido, as capacitações são voltadas às competências demandadas pelos servidores e Chefes de Divisão, visando sempre à correlação do conteúdo programático com as atribuições desempenhadas pelo servidor.

A SR-29 adotou como estratégia de transparência nas oportunidades de capacitação dos servidores, tendo como base a Instrução Normativa Vigente, o Banco de Demanda de Capacitação-BDC, divulgado aos servidores através da Comunidade INCRA-SR29, quando através do registro no e-mail capacitacao@pnz.incra.gov.br se inicia os procedimentos necessário a oportunizarão de capacitação aos servidores.

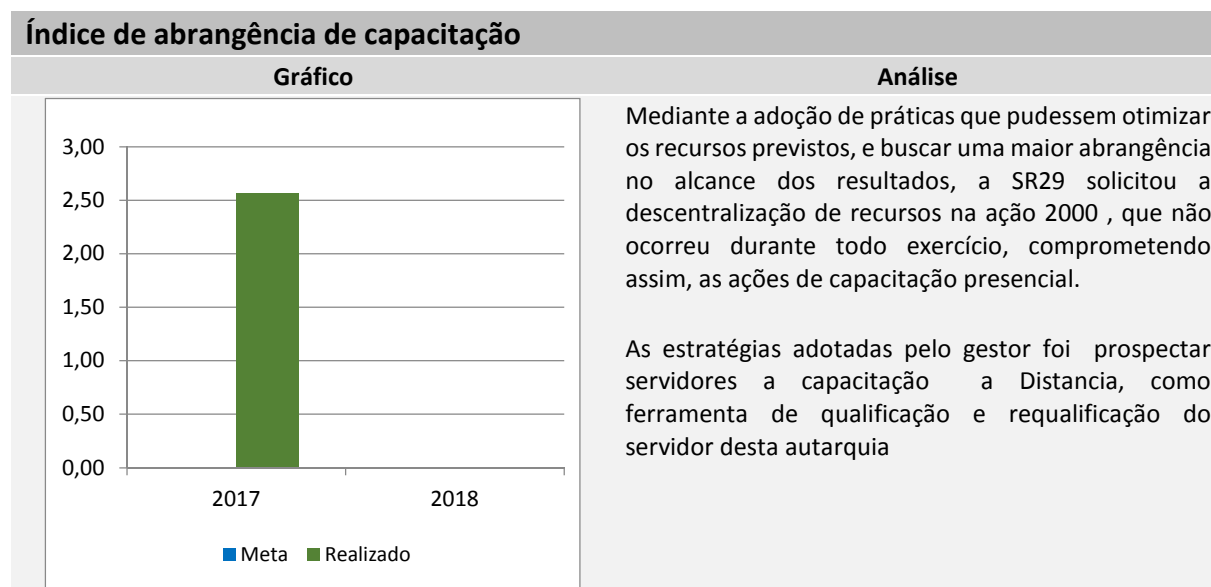
O registro de demanda de capacitação no (BDC), preferencialmente, 60(sessenta) dias antes do início do evento permitiu que os documentos elencados no art. 11 da IN N.º78/2014 fossem devidamente preparados e apresentados a chefia imediata para posterior procedimentos até a certificação do servidor.

Apesar do BDC instituído desde 2015, no decorrer do exercício de 2017, a diretriz de Capacitação da Superintendência Regional do INCRA em Petrolina buscou cumprir as metas estabelecidas no Caderno de Metas (elaborado pelo INCRA/Sede). Tal ferramenta estabeleceu que a Superintendência deveria promover capacitações em todas divisões.

Mediante a adoção de práticas que pudessem otimizar os recursos previstos, e buscar uma maior abrangência no alcance dos resultados, a Superintendência Regional do INCRA em Petrolina solicitou a descentralização de recursos na ação 2000 , que não ocorreu durante todo exercício, comprometendo assim, as ações de capacitação presencial.

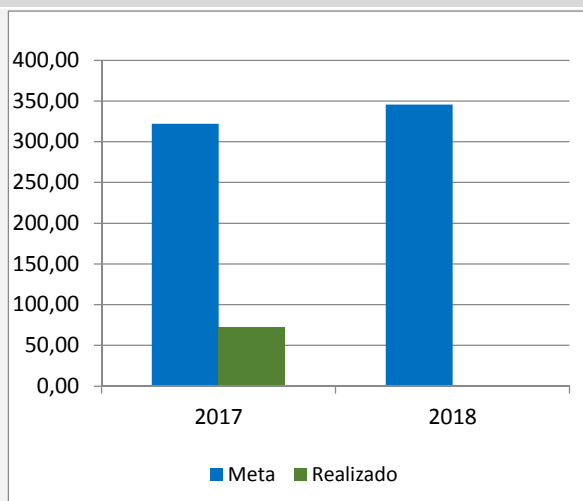
As estratégias adotadas pelo gestor, considerando a restrição orçamentaria para capacitação presencial, para prospectar servidores a se capacitarem foi a divulgação de Capacitação a Distância (sistema EAD), como ferramenta de qualificação e requalificação do servidor desta autarquia.

Indicadores relacionados



Índice de horas de capacitação

Gráfico



Análise

Considerando que dois servidores foram capacitados em atividades da área finalística o índice de horas de capacitação foram 56 horas.

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

6- *Relacionamento com a sociedade*

6.1- Canais de acesso do cidadão

A Superintendência Regional do Médio São Francisco atende um público diversificado constituído por grandes, médios e pequenos produtores, em destaque os assentados, acampados e quilombolas dos diferentes contextos socioeconômicos e ambientais através de canais de comunicação, que buscam aproximar o cidadão do PNRA.

Os mecanismos de comunicação entre a SR29 e a sociedade são representados, principalmente, pelos canais: Ouvidoria e Sala da Cidadania. A Ouvidoria Agrária é um canal de efetiva comunicação do cidadão (assentados e acampados) com as diversas divisões da Regional. Em parceria com a Sala da Cidadania, atua na mediação de conflitos e conciliação, recepciona e encaminha sugestões, reclamações, denúncias, solicitações, pedidos de informação e elogios da sociedade.

Por meio das informações alocadas no Setor, identificamos que os interessados tiveram, em 2017, preferência no deslocamento a sede do órgão para formalizar as suas necessidades, em especial atenção a natureza da demanda: denúncia de irregularidades na distribuição de cestas básicas, venda de lotes e assentamentos de pessoas sem o perfil não foram objeto de maior adesão.

Relevante registrar que a Ouvidoria Regional do INCRA no Médio São Francisco identificou a necessidade de um canal para melhorar o acesso do público à instituição e foi disponibilizado na página da Regional um e-mail específico para a ouvidoria.

Desde abril de 2014 a Autarquia implementou a Sala da Cidadania Digital, ambiente virtual que concentra em um único lugar serviços de autoatendimento, solicitações de serviços e agendamento de atendimentos e encaminhamento de críticas e sugestões por parte dos beneficiários da reforma agrária e proprietários rurais.

Além da instalação na estrutura física na superintendência em parceria com algumas prefeituras disponibilizamos a Sala da Cidadania Digital, qualquer usuário pode acessá-la diretamente através da Internet, utilizando as chaves de acesso à sua página (CPF, número de inscrição do imóvel, etc.).

Dentre os serviços disponíveis, é possível solicitar Atualização Cadastral do Beneficiário da Reforma Agrária, Emissão de Certidão de Beneficiário (para uso junto ao INSS nas solicitações de aposentadoria), Emissão de Espelho do Beneficiário, Solicitação de emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF B - DAP-B e Liquidação ou Renegociação das Dívidas de crédito do tipo PRONAF A e A/C contraídas junto ao Banco do Brasil. Nesse ambiente, para os proprietários rurais, há o serviço de Solicitação de Emissão do Comprovante de Atividade Rural. Além destes, a Sala da Cidadania Digital oferece links para outros serviços como emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR, acesso ao Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF, acesso ao site da Receita Federal para consulta do Imposto Territorial Rural - ITR, ao programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC e ao Programa Minha Casa Minha Vida.

Em conformidade com o art. 111 do Regimento Interno do INCRA, a Ouvidoria Agrária regional desta sr29 é vinculada ao Gabinete e tem a competência de prevenir e mediar conflitos agrários, articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários, receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários e realizar outras ações compatíveis com suas atribuições.

Durante o exercício de 2017 foram apresentadas algumas demandas por parte, principalmente, de integrantes do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA. As demandas apresentadas em sua grande maioria estão relacionadas a reclamações e perguntas relativas a implementação das políticas do PNRA, tais como aplicação dos créditos, parcelamento dos lotes, instalação de infraestrutura. Também aparecem denúncias, primordialmente relacionadas ao descumprimento das obrigações por parte de outras famílias integrantes do PNRA, tais como a não efetiva permanência nos projetos, à possíveis negociações de lotes. Em muitos desses casos as denúncias são efetuadas por meios de ligações telefônicas ou quando pessoalmente os denunciantes não aceita que seja feita a sua identificação. O tratamento dado às demandas que são apresentadas à Ouvidoria Regional, tanto reclamações, perguntas e denúncias, mesmo as prestadas de forma anônimas, são direcionadas para as chefias, as quais tratam do serviço ou atividade relacionada ao tema

apresentado, para que o fato possa ser avaliado e tratado pelos técnicos visando ocorrer o pronto atendimento.

Há casos, principalmente quando se trata de perguntas, que estas são atendidas diretamente pela Ouvidoria Regional. Também ocorre a apresentação de sugestões, no entanto, talvez em virtude da falta de domínio sobre os trâmites burocráticos do Estado e da política do PNRA, na maioria das vezes estas, infelizmente, mesmo sendo de interesse das famílias assentadas não podem ser implementadas, seja por falta de amparo legal, seja por falta de recursos ou mesmo por não serem de atribuição do INCRA. Neste último caso, quando é possível ser obtido através de outras instituições os interessados são orientados, seja através da própria Ouvidoria, seja por meios dos técnicos do INCRA ou da assistência técnica prestada por empresas contratadas para tal mister, a procurá-las para tentar o atendimento desejado.

Além da atuação na recepção de reclamações e denúncias diversas, a Ouvidoria Regional tem atuado na mediação de conflitos agrários envolvendo áreas ocupadas por trabalhadores rurais que pleiteiam o ingresso no PNRA.

Importante destacar que a Ouvidoria Regional foi responsável pela distribuição de 6.400 (seis mil e quatrocentas) cestas básicas as famílias acampadas dentro da nossa Jurisdição.

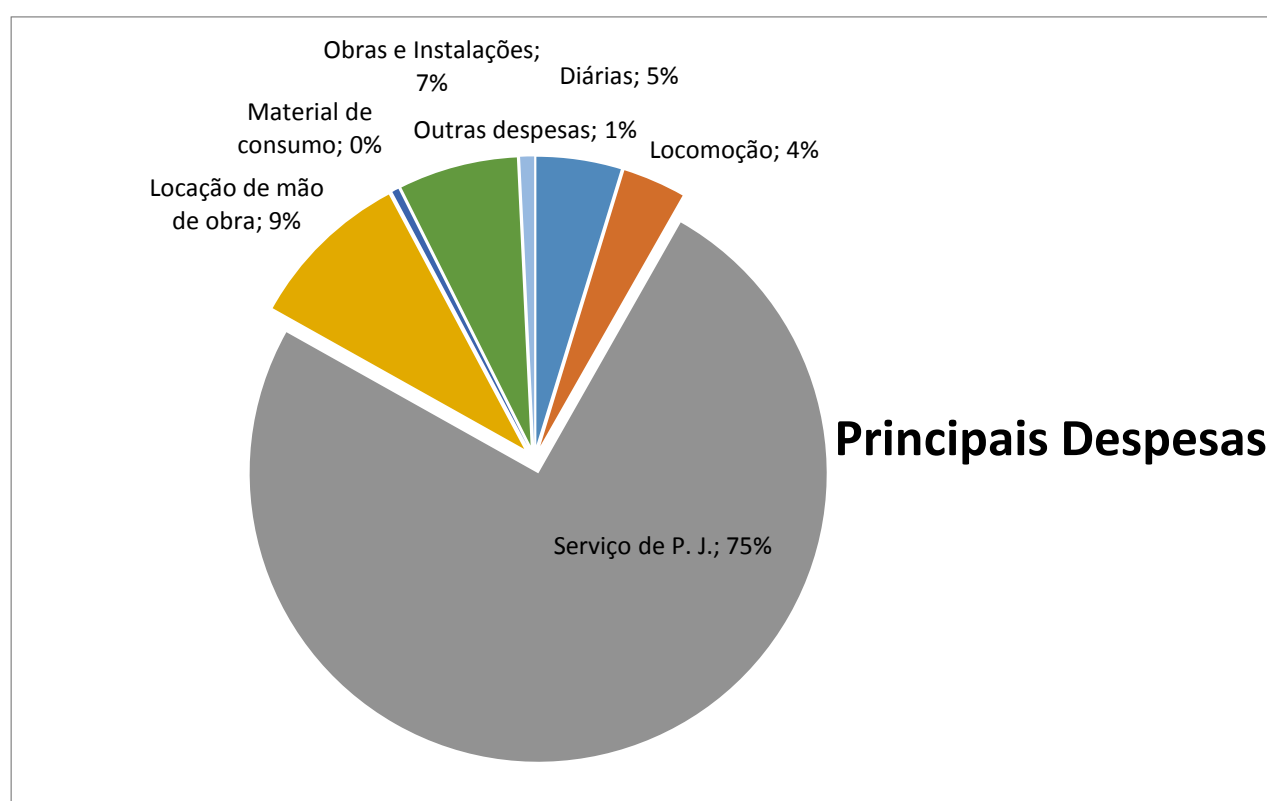
O item 9.2 deste relatório traz informações sobre os resultados do atendimento ao público externo.

7- Desempenho financeiro e Informações contábeis

7.1- Desempenho financeiro do exercício

Principais Receitas

A Superintendência Regional do INCRA no médio São Francisco não tem receitas próprias, assim todos os recursos financeiros são descentralizados do Incra/SEDE.



Principais despesas (em milhares de reais)	2015	2016	2017
Diárias – pessoal civil	980.984,93	609.473,10	449.511,36
Passagens e despesa com locomoção	68.571,86	87.711,70	334.100,04
Serviço de Pessoa jurídica	7.754.690,02	9.103.173,38	7.131.009,67
Locação de mão de obra	682.832,34	780.326,80	865.755,80
Material de consumo	448.987,14	181.296,58	36.372,25
Obras e Instalações	0,00	0,00	631.281,65
Outras despesas	0,00	0,00	73.199,92
TOTAL	9.936.066,29	10.761.981,56	9.521.230,69

--	--	--

As principais despesas do Incra/MSF estão informadas por Divisão levando-se em conta a execução orçamentária dos exercícios de 2016 e 2017. Nos valores apresentados não constam os Destaques Orçamentários dos Termos de Execução Descentralizada que foram executados de forma descentralizada da superintendência regional do INCRA SR/29. Assim como em 2016, as ações relacionadas ao desenvolvimento de assentamentos rurais continuam sendo o foco principal das políticas públicas da autarquia. Em 2017 estes valores correspondem ao maior percentual dos gastos efetuados, quando destacamos a contratação de empresa especializada em perfuração de poços tubulares no montante executado em 2017 de R\$631.2281,65.

Em 2017 o custo geral da unidade teve uma redução de cerca de 11% em relação ao de 2016, o que corresponde a redução dos serviços de ATER em conformidade com a orientação do INCRA Sede. O acréscimo de 11% nos contratos administrativos com dedicação exclusiva de mão de obra foram decorrentes de nova licitação de segurança Patrimonial e reajustes de acordo com as Convenções Coletivas de Trabalho. Com relação aos repasses financeiros, o ano de 2017 foi marcado por restrições importantes durante todo o ano, ocasionando atrasos nos pagamentos de contratos e convênios, sem prejuízos no andamento de obras e serviços.

7.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Demonstração explicativas	contábil/notas	Endereço para acesso
Balanço Orçamentário		http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/demonstra-es-cont-beis/2017/sr-29---m-dio-s-o-francisco/balanco_orcamentario_2017.pdf
Balanço Financeiro		http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/demonstra-es-cont-beis/2017/sr-29---m-dio-s-o-francisco/balanco_financeiro_2017.pdf
Balanço Patrimonial		http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/demonstra-es-cont-beis/2017/sr-29---m-dio-s-o-francisco/balanco_patrimonial_2017.pdf
Demonstração de Fluxo de Caixa		http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/demonstra-es-cont-beis/2017/sr-29---m-dio-s-o-francisco/balanco_patrimonial_2017.pdf
Demonstração das Variações Patrimoniais		http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/demonstra-es-cont-beis/2017/sr-29---m-dio-s-o-francisco/balanco_patrimonial_2017.pdf

7.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber

7.3.1 Empréstimos concedidos

A Conta 1.2.1.1.1.0.3.0.1 – Empréstimos Concedidos a Receber, dentre outras subcontas, registra o montante dos recursos emprestados aos assentados relativos ao Crédito Instalação nas diversas modalidades existentes.

No exercício de 2017, em âmbito nacional, o saldo da conta 1.2.1.1.1.03.01 – Empréstimos Concedidos fechou com o montante de R\$ R\$ 5.817.479.431,68, representando um acréscimo de R\$ 5.817.479.431,68 em relação ao saldo inicial que era de R\$ 5.736.102.346,82. Este acréscimo se deu, em essência, devido à concessão créditos de instalação novos e devolução de valores recolhidos para diversas Regionais.

Saneamento processual dos processos individuais do beneficiário

Com relação aos antigos créditos (contratos assinados até 26/12/2013), no âmbito da SR(29), até o momento, 1.434 (um mil quatrocentos e trinta e quatro) beneficiários tiveram o cadastramento de modalidades encerrado no SNCCI, ou seja, tiveram seus processos individuais saneados com o cadastramento de todas as modalidades recebidas pelo beneficiário. Ação indispensável para enquadramento ou não dos créditos concedidos ao beneficiário nas regras de remissão.

Já com relação às novas modalidades de crédito, ressalta-se que para concessão dos mesmos, os processos individuais já se encontram devidamente instruídos, sendo que alguma possível pendência é saneada antes da concessão, pois existem vários controles internos no SNCCI e no próprio sistema bancário que impedem a concessão para beneficiários inaptos.

Estágio de implementação do Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação (SNCCI)

O Sistema Nacional de Concessão de Créditos de Instalação (SNCCI) disponibiliza todas as funcionalidades necessárias à concessão dos novos créditos bem como para o cadastro dos créditos antigos a cobrar ou remitir. O sistema aguarda apenas a regulamentação da Lei 13.001/2014 para liberação de módulo relativo à cobrança dos antigos créditos.

Segundo informações da Diretoria de Gestão Administrativa (DA), está em fase de construção, módulo do SNCCI que auxiliará as superintendências regionais no tratamento de inadimplentes com a emissão de notificações para regularização de débitos e de encaminhamento para Dívida Ativa, e também um módulo de relatórios personalizáveis para acompanhamento e gestão. Atualmente estão disponíveis alguns relatórios mais usuais e um relatório analítico onde é possível filtrar demais informações desejadas.

Ainda segundo à DA, por exigência da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), o SNCCI deveria estar apto, ainda em 2017, a gerar Guias de Recolhimento da União (GRU) registradas, pois somente este modelo seria aceito pelos bancos para pagamento. O sistema foi adaptado e agora todas as GRUs geradas são registradas em conformidade com as novas regras do sistema bancário. Cabe ressaltar que a Sala da Cidadania Digital permite também que

o próprio beneficiário emita sua GRU para pagamento em qualquer localidade com acesso à internet.

Análise crítica do volume de remissões, renegociações, liquidações e inadimplências das dívidas

Na SR(29) um total de 1.165 (um mil cento e sessenta e cinco) créditos que perfazem R\$ 7.154.326,69 (sete milhões cento e cinquenta e quatro mil trezentos e vinte e seis reais e sessenta e nove centavos) já foram lançadas no SNCCI (aplicação finalizada ou em andamento) e destes, 220 (duzentos e vinte) créditos no montante de R\$ 450.135,78 (quatrocentos e cinquenta mil, cento trinta e cinco reais e setenta e oito centavos) estão disponíveis para remissão e 30 (trinta) créditos no total de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais) foram remidos.

Ainda não ocorreram liquidações nos antigos créditos tendo em vista a não regulamentação da Lei 13.001/2014 no que tange ao pagamento dessas dívidas. Por consequência, não foram realizadas negociações nem liquidações e a inadimplência ainda não pôde ser computada

Com relação ao Crédito Novo (Contratos assinados a partir de 26/05/2014), no exercício de 2017 foram disponibilizadas para emissão, desconsiderando os recálculos, 12.583 (doze mil quinhentos e oitenta e três) Guias de Recolhimento da União – Cobrança em âmbito nacional com vencimento dentro do exercício, ou seja, créditos que foram concedidos em 2014 (Apoio Inicial I) e 2016 (Fomento Mulher). Destes 11.116 (onze mil, cento e dezesseis) foram pagos no exercício, o que totaliza uma inadimplência de aproximadamente 11,66% em todo Brasil.

No âmbito da SR (29), foram disponibilizadas 529 (quinhentos e vinte nove) GRU's, destas, 449 (quatrocentos e quarenta e nove) foram pagas no exercício, totalizando uma inadimplência de 15,12%. Acredita-se que o resultado se deu em razão das condições climáticas desfavoráveis ao desenvolvimento dos projetos, evasão dos assentados e outros fatos de natureza imprevisível.

A fonte de informação é o SNCCI, Relatório Geral – Prestações de 09/02/2018 cujo critério de filtragem foi prazo final para pagamento dentro do exercício 2017, data do crédito no cartão anterior à 01/01/2017, situação do crédito igual a ativo e situação da prestação diferente de vencida e de recalculada.

Estágio da evidenciação contábil dos créditos

Do total do Grupo Empréstimos e Financiamentos Concedidos do Ativo Realizável a Longo Prazo, quase que a totalidade do saldo está registrado na Conta 12111.0.3.0.1 – Empréstimos Concedidos a Receber, cujo montante ao final de 2017 totalizou R\$ 5.817.479.431,86.

Esta conta registra o montante dos recursos emprestados aos beneficiários da reforma Agrária, a título de Crédito Instalação (crédito antigo) nas suas diversas modalidades, concedidos desde 1985, sendo que estes valores somente podem ser baixados pela remissão ou conforme o caso, após pagamento pelos devedores dos empréstimos.

No entanto, para que isto aconteça as Superintendências Regionais do INCRA, particularmente às Divisões de Desenvolvimento devem cadastrar todos os processos de créditos concedidos no SNCCI – Sistema Nacional de Cadastro e Concessão do Crédito Instalação. Realizado este procedimento, estima-se que os beneficiários atendidos terão boa parte de suas dívidas remitidas, conforme dispõe a Medida Provisória 636/2013, convertida na Lei 13.001/2014.

Outras informações julgadas relevantes

No exercício de 2017, conforme informações da Diretoria de Desenvolvimento (DD), foram emitidos, em âmbito nacional, 20.460 (vinte mil, quatrocentos e sessenta) cartões distribuídos nas Modalidades de Crédito de Instalação Apoio Inicial I e Fomento Mulher. Dentre eles 10.971 (dez mil, novecentos e setenta e um) cartões da primeira modalidade. Destes foram 3.506 (três mil quinhentos e seis) por meio do Decreto 8.256/2014 e 7.465 (sete mil, quatrocentos e sessenta e cinco) pelo Decreto 9.066/2017. Na outra modalidade executada foram 9.489 (nove mil, quatrocentos e oitenta e nove) cartões, dentro os quais 817 (oitocentos e dezessete) via Decreto 8.256/2014 e 8.672 (oito mil, seiscentos e setenta e dois) pelo Decreto 9.066/2017. Apesar de serem concedidos no ano de 2017, a cobrança será realizada em exercícios posteriores, respeitados os prazos de carência de cada modalidade.

7.3.2 Créditos a receber de parceiros

Saneamento processual

Com relação as prestações a cobrar dos títulos de domínio, a unidade emitiu o número de 77 títulos de domínio, na qual encontram-se em fase de carência, não tendo suas parcelas vencidas, bem como solicitação de antecipação de pagamento por parte dos beneficiários.

Estágio de implementação do Sistema de Titulação de Imóveis da Reforma Agrária (SNT)

Segundo informações da Diretoria de Gestão Administrativa (DA), foi criado um Grupo de Trabalho através da Portaria Incra nº 629/2017, publicada no DOU nº 209 de 31/10/2017 e cujos trabalhos foram prorrogados pela Portaria Incra nº 719/2017, publicada no DOU nº 249 de 29/12/2017, que visa a especificação do escopo de pré-requisitos necessários para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Títulos (SNT). A previsão é que os trabalhos sejam concluídos no final de fevereiro/2018 e a demanda para o desenvolvimento do sistema seja oficializada na sequência, seguindo os ritos previstos na Instrução Normativa SLTI/MP nº 04 de 12/10/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Por se tratar de uma demanda antiga, um dos módulos do sistema, o de Titulação Quilombola, já se encontra em fase de testes para homologação pelos gestores da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF), devendo ser disponibilizado assim que concluído.

Ainda segundo informações da DA, já foi elaborada outra ferramenta que deverá substituir a atual que é utilizada para cálculo das prestações dos títulos de domínio.

Atualmente os cálculos são realizados através do aplicativo TDominio que utiliza banco de dados Access, mas que carece de maior agilidade e controle. A nova ferramenta deverá passar pela aprovação da alta direção e, caso aprovada, deverá ser colocada à disposição ainda no primeiro semestre de 2018.

Estágio da evidenciação contábil dos créditos

Do total registrado no grupo Demais Créditos e Valores a Longo Prazo, cujo saldo ao final de 2017 foi de R\$ 7.831.298.302,49, a conta contábil que representa quase a totalidade deste montante é a 12121.98.08 - Créditos a Receber - Regularização Fundiária, que apresentou o saldo de R\$ 7.827.776.615,89.

A conta 12121.98.08 - Créditos a Receber - Regularização Fundiária tem a função de *“registrar os valores a receber decorrentes de títulos emitidos pela União no processo de regularização fundiária de terras situadas em áreas da União, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal”* (fonte: SIAFI).

O próprio Tribunal de Contas da União, no Acórdão 1320/2017, informa que: *“o Incra relatou que o saldo da conta 1.2.1.2.1.1.98.08 não reflete a realidade. Para que isso ocorra, faz-se necessário que a autarquia desenvolva um sistema integrado para controle da evolução patrimonial dos imóveis adquiridos para fins de reforma agrária e regularização fundiária até a sua efetiva titulação e pagamento pelos parceiros/posseiros dos valores devidos à União. Para tanto, a autarquia afirma que se encontra em desenvolvimento o Sistema Nacional de Titulação, capaz de suprir todas as necessidades e questões fundiárias afetas ao órgão, cujo prazo para entrada em produção ainda não é possível precisar”*.

Diante do exposto, a Coordenação-Geral de Contabilidade na Sede do INCRA e o Serviço de Contabilidade nas Superintendências Regionais, somente poderão registrar as variações patrimoniais na conta contábil acima, quando forem disponibilizadas pelas áreas técnicas competentes as informações necessárias.

Análise crítica do volume de liquidações e inadimplências das dívidas

Com relação aos títulos de domínio, em âmbito nacional, foram liquidados 6.487 GRUs no total de R\$ 14.339.519,96, porém a inadimplência não pôde ser computada, pelo fato dos sistemas atualmente responsáveis pela emissão dos títulos e pelo cálculo das prestações não possuírem funcionalidades ligadas à cobrança e arrecadação, situação que deverá ser ajustada com o advento do Sistema Nacional de Títulos de Domínio (SNT). No novo sistema, os servidores passarão a ter a possibilidade de registrar, não só as informações sobre pagamento dos títulos emitidos, como também poderão registrar os pagamentos feitos no passado.

Os valores foram obtidos do Sistema de Gestão de Recolhimento da União (SISGRU), de onde foram filtrados todos os registros com código de recolhimento iguais a 28874 (Alienação de Imóveis Rurais Reforma Agrária) e com data de contabilização no SIAFI dentro do exercício de 2017 da unidade gestora arrecadadora 373001.

Ressalta-se a impossibilidade de segmentação das informações por superintendência regional, tendo em vista que os pagamentos são feitos via GRU Simples e dada as limitações já citadas dos sistemas atualmente em uso.

8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

Sugere-se que os itens 8.1 e 8.2, em conjunto, não ultrapassem o tamanho de 3 páginas

8.1- Tratamento de deliberações do TCU

Quadro da situação das deliberações do TCU de maior impacto*			
Deliberação	Número e Descrição sucinta do item da deliberação	Situação**	Providências adotadas / Ações implementadas / Justificativa para a não implementação
AÓRDÃO DE RELAÇÃO 6288/2017 - SEGUNDA CÂMARA - X	avaliar toda a documentação apresentada pela Fundesa a título de prestação de contas dos recursos transferidos por força do Termo de Parceria n. 5800/2005, Siafi n. 533.922, relativa aos exercícios de 2006, 2007 e 2008,	Atendida	Foram analisados os documentos e relatório encaminhado ao TCU.

* Deliberações proferidas no exercício de referência e no exercício anterior, relevantes e de impacto significativo no âmbito da Unidade.

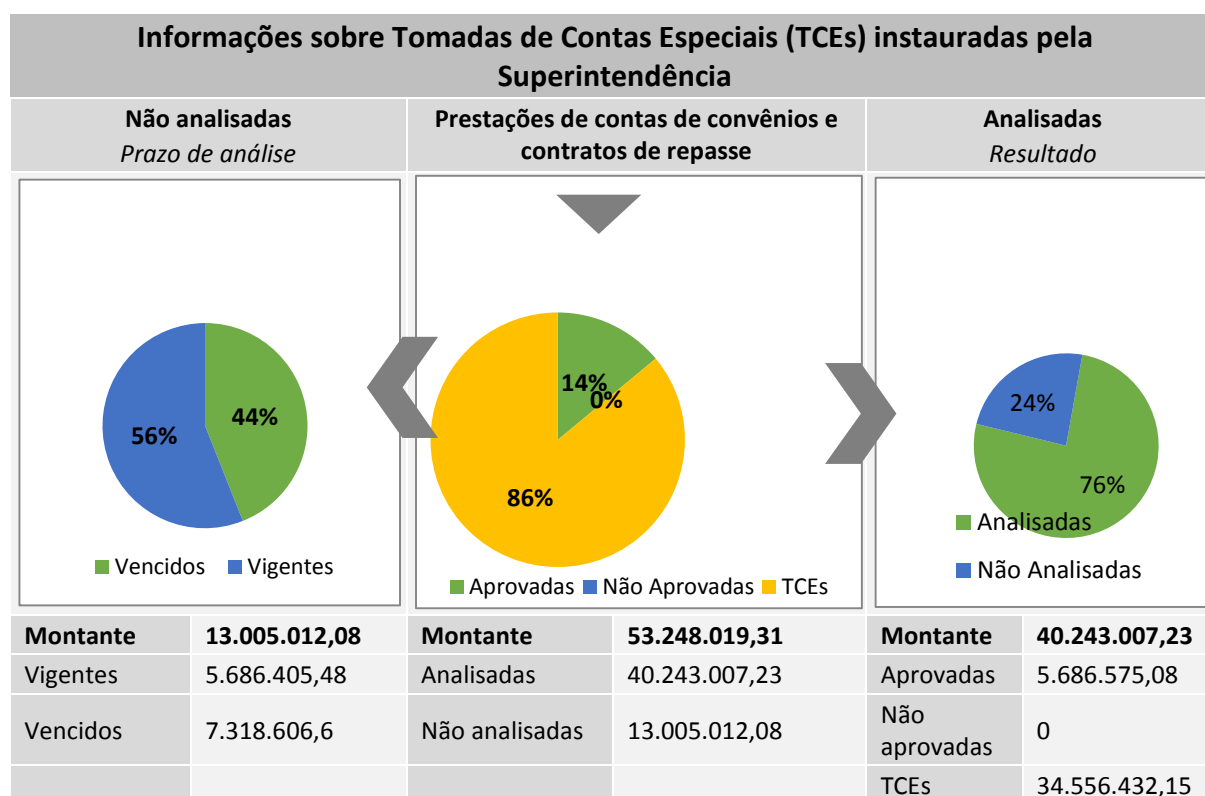
** Situação: Atendida; Em atendimento; Pendente.

8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

AS recomendações pendentes de atendimento pelo Incra/MSF (status “Monitorando”), constantes no Sistema Monitor Web da CGU, foram encerradas pela CGU/MSF em 30/12/2016 (passaram para o status “Não Monitorada”), em virtude da edição do Decreto nº 8.889/2016, que vinculou o Incra à estrutura da Casa Civil da Presidência da República. Desta forma, a responsabilidade pelo acompanhamento das recomendações pendentes passou a ser da Ciset/PR. Não houveram

recomendações dos Órgãos de Controle Interno no exercício de 2017.

8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário



Análise

O valor Global das transferências pactuados e não analisadas em relação as transferências voluntárias foram no montante de R\$ 13.005.012,08 que representa 100% até o exercício de 2017. Desse montante, encontra com o prazo vencido o valor de R\$ 7.318.606,60 e vigente o valor de R\$ 5.686.405,48 para prestação de contas. Esses valores representam os seguintes percentuais: 44% **para os vigentes**, que foram referente aos convênios com a **Prefeitura Municipal de Petrolina**, dois com a **Prefeitura Municipal de Serra Talhada** e um com a Prefeitura Municipal de Lagoa Grande e o percentual de 56% **para os vencidos**, sendo que foram representado pelo convênios com o **ITERPE** e o termo de parceria com a OSCIP **CDB**.

Já em relação as Prestações de contas na Superintendência Regional representou o montante total de R\$ 53.248.019,31 até o exercício de 2017, já foi analisado o montante de 40.243.007,23 que

representa 76% do montante total, e as prestações de contas que faltam analisar são de R\$ 13.005.012,08 que representa 24% do montante total.

Já em relação as contas analisadas foram no montante de R\$ 40.243.007,23 que foi representado pelo percentual de 100% e desse valor foram Aprovadas o valor de R\$ 5.686.575,08 que representa um percentual de 14% do montante, já as Não Aprovadas foram no valor de R\$ 0,00 que representa 0,00% do montante total. Em relação ao montante, foi constatado o valor R\$ 34.556.432,15 referente as TCEs que foi representada por um percentual de 86% até o exercício de 2017. Nesse exercício foi aberto dois processos de TCEs, um da Associação dos Guardiões Ambientalistas do Vale do São Francisco – **Aguavale** com o processo nº 54141.000103/2017-41 e outro da Agência Regional de Agronegócio Familiar - **AGROMESF** com o processo nº54141.000038/2017-53.

8.4- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A ordem cronológica é instituto previsto em Lei e que vincula a Administração Pública a efetuar os pagamentos aos fornecedores em conformidade com a exigibilidade dos créditos que se apresentem para pagamento.

O referido art. 5º consagra o dever de a Administração liquidar suas dívidas segundo essa ordem. Ou seja, é inquestionável que a Administração tem que cumprir os prazos e satisfazer as dívidas segundo as regras previstas em Lei ou no contrato.

No entanto, os recursos financeiros recebidos pelas Superintendências Regionais são provenientes de descentralização realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Sede, situado em Brasília/DF, de tal modo que esta Autarquia não dispõe de discricionariedade sobre o prazo para pagamento, em virtude da não regularidade e falta de tempestividade no repasse de recursos pelo Governo Federal.

Em que pese a Regional cumprir os procedimentos formais de atesto, liquidação, nota de lançamento e outros necessários ao pagamento das despesas, no decorrer de 2017 existiu um descompasso entre o vencimento da obrigação e seu efetivo pagamento devido a instabilidade de fluxo financeiro dispensado a Ug.

9- Anexos e apêndices

9.1- Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ

Complementa informações do item 4.2.3

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados		Valores				
		1	2	3	4	5
1	Ambiente de controle					
1.1	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
1.2	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
1.3	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
1.4	Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
1.5	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
1.6	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
1.7	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
1.8	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
1.9	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
2	Avaliação de risco					
2.1	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
2.2	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
2.3	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
2.4	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
2.5	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
2.6	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
2.7	Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
2.8	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
2.9	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
3	Procedimentos de controle					

Elementos do sistema de controlos internos a serem avaliados		Valores				
		1	2	3	4	5
3.1	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
3.2	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
3.3	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	X				
3.4	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
4	Informação e comunicação					
4.1	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
4.2	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
4.3	A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
4.4	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
4.5	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
5	Monitoramento					
5.1	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
5.2	O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
5.3	O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Legenda dos valores						
	1. Totalmente inválida: significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente não observado</u> no contexto da UJ.					
	2. Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>pouco observado</u> no contexto da UJ.					
	3. Neutra: Significa que <u>não há como avaliar</u> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
	4. Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>muito observado</u> no contexto da UJ.					
	5. Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente observado</u> no contexto da UJ.					

9.2- Resultados do atendimento ao público externo

Serviço	Demanda	Qtde. atendida	Em análise	Prazo médio de atendimento	Custo*
Atendimento a Assentados	6199	6199	-	24 h	NE
Emissão de CCIR (Certificado de Cadastro de Imóvel Rural)	1998	1998	-	24 h	NE
Pesquisa no SIR - Sistema de Informação Rural	1226	1226	-	24 h	NE
Recepção de Declaração de residência, no Projeto de Assentamento	86	86	-	24 h	NE

* Não estimado.

9.3- Memória de cálculo dos indicadores

Complementa informações do item 3.3 e do item 7.1.3

Índice de Cadastramento de imóveis rurais (%)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta
75,37	83,70	76,49

Memória de cálculo: Índice 2017: Superfície ocupada por imóveis cadastrados em hectares (5.765.855,48 - Fonte: SNCR-WEB) dividido pela superfície total da área (ha) abrangida pela Jurisdição do INCRA, na jurisdição da Superintendência (6.889.004,00 - Fonte: IBGE – Limites Municipais) multiplicado por 100.

Parâmetro da Previsão da Meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis (%)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta
57,86	99,07	82,86

Memória de cálculo: Índice 2017: Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício (106 – Fonte: DFG) dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício no nível de agregação (107 – Fonte: DFG) multiplicado por 100.

Parâmetro da Previsão da Meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de Regularização Fundiária (%)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta
100,00	100,00	100,00

Memória de cálculo: Índice 2017: Número de imóveis regularizados e titulados no exercício (25 – Fonte: Monitoria) dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária no exercício, na jurisdição da da Superintendência (25 – Fonte: Monitoria) multiplicado por 100.

Parâmetro da Previsão da Meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de parcelas supervisionadas (%)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta
3,00	1,31	0,00

Memória de Cálculo: Realizado 2016: Número de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 4º da IN 70/2012 com relatório entregue (9 - Fonte: Caderno de Metas 2016) dividido pelo Número total de parcelas, na jurisdição da SR (11611 - Fonte: RG 2016) multiplicado por 100. Meta 2016: Meta Supervisão (1190 - Fonte: Caderno de Metas 2016) dividido pela Meta de famílias assentadas (11638 - Fonte: Caderno de Metas 2016 RG 2016) multiplicado por 100. 2018: Meta Supervisão (0 - Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado) dividido pela Meta de famílias assentadas (11611 - Fonte: Plano de Metas 2018 ainda não publicado) multiplicado por 100.

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção		
2017		2018
Meta ¹	Realizado	Meta ²
3.123	381	1.841

Memória de Cálculo: Realizado 2015: Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Wiki.Incra) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Plano de Metas 2015) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (781 - Fonte: Wiki.incra). Meta 2015: Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Plano de Metas 2015) somado a Meta do número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Plano de Metas 2015) somado a Meta de número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (2402 - Fonte: Plano de Metas 2015), 2017: Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (141 - Fonte: Plano de Metas 2017) somado a Meta do número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (200 - Fonte: Plano de Metas 2017) somado a Meta de número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (1500 - Fonte: Plano de Metas 2017).

Índice de provimento de assistência técnica (%)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta
7593,13	331566,67	0,00

Memória de Cálculo: "Índice 2016: Número de famílias com previsão de atendimento nos instrumentos firmados para prestação de Assistência Técnica (9947 - Fonte: Caderno de Metas 2016) dividido pelo número total de famílias assentadas, na jurisdição da SR (27 - Fonte:) multiplicado por 100.

Previsão/meta: 2015: Meta de famílias a serem atendidas com ATES (9436) Fonte: Caderno de Metas 2016, dividido pela Meta de famílias a serem assentadas (104) Fonte: Caderno de Metas 2016 2016: Meta de famílias a

serem atendidas com ATEs () Fonte: Plano de metas 2018 ainda não publicado, dividido pela Meta de famílias a serem assentadas () Fonte: Plano de metas 2016 ainda não publicado".

Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta
9,98	0,00	0,02

Memória de cálculo: "Índice 2017: valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$ no exercício (0,00 - Fonte: SIAFI) dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares no exercício, na jurisdição da SR (0,00 - Fonte: CADERNO DE METAS 2017) Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos".

Índice de projetos de assentamento com regularização ambiental requerida (CAR) (%)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta
22,84	100,00	56,17

Memória de Cálculo: "Índice 2017: número de assentamentos com Licença ambiental requerida (CAR acumulado), (270 - Fonte: SERVIÇO DE MEIO AMBIENTE - SR(29)) dividido pelo total de assentamentos sob efetiva gestão ambiental do INCRA (exceto consolidados, reconhecimentos e de colonização), na jurisdição da SR (270 - Fonte: SIPRA) multiplicado por 100. "Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos".

Índice de projetos de assentamento com regularização ambiental requerida (CAR) (%)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta
22,84	100,00	56,17

Memória de cálculo: "Índice 2017: número de assentamentos com Licença ambiental requerida (CAR acumulado), (270 - Fonte: SERVIÇO DE MEIO AMBIENTE - SR(29)) dividido pelo total de assentamentos sob efetiva gestão ambiental do INCRA (exceto consolidados, reconhecimentos e de colonização), na jurisdição da SR (270 - Fonte: SIPRA) multiplicado por 100.
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos"

Índice de abrangência de capacitação (%)		
2017		2018
Meta ¹	Realizado	Meta ²
0,00	2,56	0,00

Memória de cálculo: "Índice 2016: Número de servidores que participaram das atividades de capacitação (2 - Fonte: SR-29/GAB) dividido pelo Número total de servidores, na jurisdição da SR (83 - Fonte: SR-29/A) multiplicado por 100.

Previsão/meta: 2015: Meta capacitação (7) Fonte: Caderno de Metas 2016, dividido pela quantidade de servidores na jurisdição da SR (83) Fonte: SR-29/A2016: Meta capacitação () Fonte: Plano de metas 2018 ainda não publicado, dividido pela quantidade de servidores na jurisdição da SR (78) Fonte: DA"

Índice de horas de capacitação (%)		
2017		2018
Meta	Realizado	Meta
321,87	71,79	345,80

Memória de cálculo: "Índice 2017: número total de horas de treinamentos recebidos pelos servidores (56 - Fonte: SIR) dividido pelo número total de servidores, na jurisdição da SR (78 - Fonte: SR-29/A)

Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos"